

O papel das normas sociais, identificação com o grupo e envolvimento político na adesão a ações pró-ambientais

Débora Luísa Moreira das Neves

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora: Doutora Carla Mouro, Investigadora CIS-ISCTE e Professora Auxiliar Convidada, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O papel das normas sociais, identificação com o grupo e
envolvimento político na adesão a ações pró-ambientais

Débora Luísa Moreira das Neves

Mestrado em,
Psicologia Social e das Organizações

Orientadora: Doutora Carla Mouro, Investigadora CIS-ISCTE e
Professora Auxiliar Convidada, Iscte – Instituto Universitário de
Lisboa

Novembro, 2022

Agradecimentos

Este ano foi bastante marcante, primeiro com a entrada num novo trabalho e agora com a conclusão do meu mestrado. Não posso acabar esta etapa sem agradecer àquelas pessoas que estiveram sempre ao meu lado, nos momentos melhores e piores, sem as quais não tinha chegado onde cheguei.

À minha orientadora Professora Carla Mouro, por todos os conselhos, paciência e disponibilidade de responder a todas as minhas questões. O caminho até aqui não foi fácil, mas a sua ajuda tornou este caminho mais exequível.

Aos meus pais que sempre me apoiaram e me motivaram para que entregasse a minha dissertação. À minha irmã que, apesar de não o demonstrar, querer sempre o melhor para mim. Aos meus padrinhos que sempre foram um apoio em tudo o que fiz na minha vida até agora.

À Carolina, Leonor, Alexandra, Daniela, Liliana e João que sempre me ajudaram e me deram bons conselhos na altura em que mais os precisava de ouvir. Também lhes tenho de agradecer por não me deixarem optar pelo caminho mais fácil e me incentivarem sempre a acreditar em mim.

Um obrigada aos meus colegas de trabalho, por lidarem por vezes com as minhas frustrações e à maneira deles me darem ânimo nos momentos em que dele mais precisava.

Às pessoas que aqui não tive oportunidade de enumerar mas que passaram na minha vida e também me ajudaram um obrigada.

Resumo

A sustentabilidade ambiental tornou-se um imperativo para as sociedades atuais, e para tal ser possível torna-se indispensável a tomada de ações por parte dos cidadãos. O presente estudo pretende aumentar o conhecimento existente acerca das ações pró-ambientais, de participação e liderança. O modelo de estudo propõe uma relação direta entre normas sociais e ações pró-ambientais, que dependerá da identificação com o grupo de pares e a geração. Adicionalmente, propomos que a importância da identificação com o grupo vai surgir como um moderador da moderação entre a identificação com o grupo e as ações pró-ambientais. Foi testado também o efeito da ideologia política como moderadora da relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais. Os dados foram recolhidos através de um questionário online, no qual obtivemos 185 respostas válidas. Os resultados confirmaram o efeito das normas sociais descritivas na adoção de ações de participação, mas não das normas sociais injuntivas. A geração e a identificação com o grupo de pares não foram confirmadas como moderadoras na predição das ações pró-ambientais. O envolvimento político foi preditor das ações pró-ambientais de participação, apesar do efeito moderador da ideologia política não se ter verificado. O efeito das normas sociais e do envolvimento político não foi significativo para a adoção de ações de liderança, sendo estas previstas pelas ações de participação. Sugerimos que organizações e governos apostem na promoção das ações de participação, uma vez que estas também são percussoras das ações de liderança. Outras implicações teóricas e práticas do estudo serão discutidas.

Palavras-chave: ação pró-ambiental, normas sociais, identificação com o grupo, geração, envolvimento político, ideologia política

3020 – Group and interpersonal processes

4070 – Environmental Issues & Attitudes

Abstract

Environmental sustainability has become an imperative for today's societies, and for this to be possible it is essential for citizens to take action. The present study intends to increase the existing knowledge about pro-environmental actions, namely participation and leadership. The study model proposes a direct relationship between social norms and pro-environmental actions, which will depend on the identification with the peer group and generation. Furthermore, we propose that the importance of group identification will emerge as a moderator of the moderation between group identification and pro-environmental actions. The effect of political ideology as a moderator of the relationship between social norms and pro-environmental actions was also tested. Data were collected through an online survey, in which we obtained 185 valid responses. The results confirmed the effect of descriptive social norms on the adoption of participation actions, but not of injunctive norms. Generation and identification with the peer group were also not confirmed as moderators in the prediction of pro-environmental actions. Political involvement was a predictor of pro-environmental participation actions, although the moderating effect of political ideology was not verified. The effect of social norms and political involvement was not significant for the adoption of leadership actions, which were predicted by participation actions. We suggest that organizations and governments invest in promoting participation actions, since these are also precursors of leadership actions. Other theoretical and practical implications of the study will be discussed.

Keywords: pro-environmental action, social norms, group identity, generation, political involvement, political ideology

3020 - Group and interpersonal processes

4070 - Environmental Issues and Attitudes

Índice

<i>Capítulo I – Enquadramento Teórico</i>	3
1.1. Alterações climáticas e ações pró-ambientais	3
1.2. Normas sociais (variável preditora I)	6
1.3. Geração (variável moderadora)	8
1.4. Identificação com o grupo (variável moderadora)	11
1.5. Envolvimento político (variável preditora II)	14
1.6. Ideologia política (variável moderadora)	15
1.7. Objetivo, hipóteses e modelo de investigação	16
<i>Capítulo II – Método</i>	19
2.1. Participantes	19
2.2. Procedimento e instrumento	19
2.2.1. Variável critério: Ações pró-ambientais de participação e liderança	20
2.2.2. Variável preditora: Normas descritivas	20
2.2.3. Variável preditora: Normas injuntivas	21
2.2.4. Variável moderadora: Identificação com o grupo	21
2.2.5. Variável moderadora: Importância da identificação com o grupo	21
2.2.6. Variável preditora: Envolvimento político	21
2.2.7. Variável moderadora: Ideologia política	22
<i>Capítulo III – Resultados</i>	23
3.1. Estatística descritiva e correlações entre as variáveis	23
3.1.1. Ações de participação	23
3.1.2. Ações de liderança	23
3.1.3. Normas descritivas	24
3.1.4. Normas injuntivas	25
3.1.5. Identificação com o grupo	25
3.1.6. Geração	25
3.1.7. Envolvimento político	26
3.1.8. Ideologia política	26
3.2. Testes aos modelos de investigação	28

3.2.1. Efeito das normas descritivas nas ações de participação	28
3.2.2. Efeito das normas injuntivas nas ações de participação.....	29
3.2.3. Efeito das normas descritivas nas ações de liderança	30
3.2.4. Efeito das normas injuntivas nas ações de liderança.....	31
3.2.5. Efeito do envolvimento político nas ações de participação	34
3.2.6. Efeito do envolvimento político nas ações de liderança	34
<i>Capítulo IV - Discussão</i>	38
4.1. Implicações teóricas e práticas	40
4.2. Limitações e estudos futuros	41
4.3. Conclusões	42
<i>Referências</i>	43
<i>Anexos</i>	51
Anexo A	51

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Medidas descritivas e correlação entre as variáveis.....	27
Tabela 2 - Regressão das ações pró-ambientais nas normas sociais e na moderadora geração	32
Tabela 3 - Regressão das ações pró-ambientais nas normas sociais e na moderadora identificação com o grupo	33
Tabela 4 - Regressão das ações pró-ambientais no envolvimento político e na moderadora ideologia política	35
Tabela 5 - Confirmação das hipóteses.....	36

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de investigação	18
Figura 2 - Moderação Moderada da importância da identificação com o grupo na moderação da identificação com o grupo na relação entre as normas descritivas e as ações de participação	29

Introdução

Um dos temas que mais tem suscitado interesse atualmente são as alterações climáticas. Como consequência do reconhecimento da necessidade de lidar com as alterações climáticas, Portugal comprometeu-se, em 2016, a assegurar a neutralidade das suas emissões até ao final de 2050 (Inventário Nacional das Emissões, 2022).

Para alcançar esta meta ambiciosa torna-se importante perceber que fatores ajudam a explicar a adesão a ações pró-ambientais. As ações pró-ambientais podem ser definidas como comportamentos intencionais que tem por objetivo promover a sustentabilidade através de ações coletivas (Alisat & Riemer, 2015). Estas ações podem ser divididas em dois tipos: ações participativas, ou seja, comportamentos simples realizados pela população que não requerem elevado envolvimento, como manter-se informado sobre questões ambientais e/ou discutir essas questões com outras pessoas; e ações de liderança, como organizar grupos para a defesa do ambiente (Alisat & Riemer, 2015). Na literatura poucos estudos fizeram esta diferenciação entre os dois tipos de ações e investigaram os fatores que as influenciam separadamente.

As normas do grupo são um dos fatores que contribui para a adesão a comportamentos pró-ambientais (Farrow et al., 2017). Segundo Cialdini et al. (1990), estas podem ser divididas em dois tipos: normas descritivas e normas injuntivas. As normas descritivas referem-se às percepções da prevalência de um comportamento num grupo e são as que tem impacto mais direto no comportamento, enquanto as normas injuntivas referem-se às percepções da aprovação de um comportamento pelos membros de um grupo (Nolan et al., 2008). Investigações anteriores demonstraram que a identificação com o grupo aumenta o efeito da norma do grupo na adesão a ações pró-ambientais (Masson & Fritsche, 2014), e é, portanto, um moderador na relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais. O efeito da identificação com o grupo, por sua vez, irá depender da importância que as pessoas dão aos seus referentes sociais (Lapinski & Rimal, 2005). Uma vez que os mais jovens têm mais oportunidades e menos barreiras para se envolver em ações pró-ambientais (Gulliver et al., 2022), prevemos que a relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais seja mais forte na geração mais nova. No entanto, constata-se que nem sempre na geração mais nova o papel das normas é mais forte (Gómez-Roman et al., 2021).

Além das normas sociais, o envolvimento político é um preditor direto das ações pró-ambientais. Este refere-se ao interesse dos cidadãos em questões políticas (Barrett & Brunton-Smith, 2014) e está relacionado com a participação política dos cidadãos (De Marco et al., 2017). A ideologia política tem nalguns estudos sido associada a uma maior saliência das

questões ambientais, com os partidos de esquerda a serem mais associados a estas questões (Carter, 2013). No entanto, num estudo com 36 países, Lewis et al. (2019) verificaram que na maioria dos países analisados a ideologia política não é um preditor significativo da preocupação climática. Apesar de poder não apresentar um efeito direto, a ideologia política poderá diferenciar o modo como o envolvimento político se reflete nas ações pró-ambientais.

Desta forma, o nosso estudo pretende investigar a influência de dois fatores, as normas sociais e o envolvimento político, na adesão a ações pró-ambientais de participação e liderança. Adicionalmente pretendemos estudar o efeito moderador da geração e da identificação com o grupo de pares na relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais. Iremos também investigar o efeito moderador da importância da identificação com o grupo de pares na moderação da identificação com o grupo nas ações de participação. Para além disto será testado o efeito moderador da ideologia política na relação entre o envolvimento político e as ações pró-ambientais.

A dissertação está estruturada em 4 capítulos principais.

No capítulo 1 é realizada uma revisão de literatura acerca das variáveis que vamos investigar: ações pró-ambientais, normas sociais, geração, identificação com o grupo, envolvimento político e ideologia política.

No capítulo 2 apresentamos a metodologia do estudo que é composta pela seguintes subsecções: participantes e; procedimentos e instrumento.

Segue-se o capítulo 3 em que são apresentados os resultados, tendo por base a análise estatística dos dados recolhidos.

Por fim, o capítulo 4 em que é discutida a nossa investigação, bem como apresentadas implicações teóricas, limitações do estudo e sugestões para estudos futuros.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1.1. Alterações climáticas e ações pró-ambientais

As atividades humanas são as principais causas do aquecimento da atmosfera, oceanos e continentes há no mínimo 2.000 anos, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (2021). Estima-se que, nas últimas seis décadas, os continentes e oceanos absorveram uma proporção de cerca de 56%, por ano, das emissões de CO₂ resultantes das atividades humanas e que cerca de 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos altamente vulneráveis às alterações climáticas (Intergovernmental Panel Climate Change, 2022). De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (2021) prevê-se que a temperatura da superfície global vai continuar a subir até pelo menos metade do século.

Apesar destas evidências científicas, só mais recentemente, a proteção ambiental tornou-se importante na tomada de decisões (Stern, 2000) e foi incluída na agenda política dos governantes. O reconhecimento do desafio do aquecimento global e da necessidade de contrariar este efeito pelas várias nações do mundo culminou na assinatura do Protocolo de Quioto e mais recentemente do Acordo de Paris. O 2.º período do Protocolo de Quioto (2013-2020) estabeleceu que os países aderentes deveriam reduzir em 20% as suas emissões de gases com efeito de estufa em relação a 1990. Para tal, estipulou-se metas anuais de emissões para cada Estado Membro (Inventário Nacional das Emissões, 2022).

Em Portugal, a evolução da emissão dos gases com efeito de estufa caracterizou-se por um crescimento na década de 1990, associada a um aumento na procura de energia. No início dos anos 2000, as emissões reduziram e após 2005 houve um decréscimo mais acentuado, que refletiu a substituição de fontes de energia por alternativas menos poluentes, o crescimento de fontes de energia renovável e a implementação de medidas de eficiência energética. Depois dos anos de recessão, após a crise de 2008, verificou-se um aumento das emissões que desacelerou mais recentemente com a redução do uso de carvão para a produção de eletricidade e com o impacto da pandemia do COVID-19. Verificou-se que em Portugal o que mais contribuiu para as emissões nacionais em 2020 foi a produção de energia e os transportes com cerca de 18% e 26%, respetivamente, do total de emissões nacionais (Inventário Nacional de Emissões, 2022). No sentido de redução das emissões de gases com efeito de estufa e no âmbito do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) Portugal comprometeu-se em atingir a neutralidade das suas emissões até ao final de 2050 (Inventário Nacional de Emissões, 2022).

Para tal ser atingido, o método mais eficaz é a tomada de ações pró-ambientais, uma vez que os governos resistem à introdução de medidas de regulamentação mais exigentes para os

limites de gases com efeito de estufa e que o comportamento individual é insuficiente para estes objetivos serem atingidos (Ockwell et al., 2009).

É importante diferenciar entre dois conceitos, ações e comportamentos pró-ambientais, uma vez que por vezes são usados na literatura como sinónimos.

O comportamento pró-ambiental, segundo Stern (2000), refere-se a atividades que as pessoas realizam que tem um impacto positivo no ambiente, como por exemplo a compra de produtos orgânicos. Estes impactos podem ser diretos, como por exemplo comprar um carro que produza menos carbono, ou indiretos, como por exemplo aumentar a consciencialização sobre questões ambientais. Estes comportamentos podem ser classificados em quatro categorias: ativismo ambiental (e.g., participação em protestos em prol do ambiente, Wallis & Loy, 2021); comportamentos não ativistas na esfera pública (e.g. disposição em pagar taxa pela proteção ambiental, Witzke & Urfei, 2001); ambientalismo na esfera privada (e.g., comportamentos de conservação de energia, Schultz et al., 2007); e outros comportamentos ambientalmente significativos (e.g., comportamentos pró-ambientais no trabalho, Lomba, 2019; Mouro et al., 2021).

Muitos autores usam indistintamente o conceito comportamentos pró-ambientais e comportamentos da esfera privada (Alisat & Riemer, 2015). Os comportamentos da esfera privada são relativos a práticas pessoais e pretendem a redução do impacto ambiental através de comportamentos privados, como por exemplo a redução do uso de energia doméstica (Stern, 2000). Estes conceitos são diferentes de ações pró-ambientais em que o ênfase nas mudanças ocorre ao nível social e não individual (Alisat & Riemer, 2015; Dono et al., 2010). Segundo Alisat & Riemer (2015), as ações pró-ambientais são comportamentos intencionais e conscientes que pretendem criar um impacto positivo no meio ambiente e promover a sustentabilidade ambiental através de ações coletivas.

Baseados na diferenciação de Stern (2000) entre comportamentos de alto e baixo envolvimento, Alisat & Riemer (2015) propuseram que as ações pró-ambientais também podem ser distinguidas em dois tipos: ações participativas e ações de liderança. As ações participativas são comportamentos simples e requerem um menor nível de envolvimento, como por exemplo, informar-se sobre questões ambientais e participar em eventos comunitários acerca destas questões. As pessoas normalmente iniciam o seu envolvimento ambiental através de ações do tipo participativo, porque requerem poucas competências. As ações de liderança, por sua vez, requerem um elevado envolvimento, como por exemplo a organização de protestos. Estas ações requerem um nível diferente de competências, relacionadas com a capacidade de liderança.

Leiserowitz et al. (2012) demonstraram que os indivíduos têm mais probabilidade de se envolver em comportamentos de baixo envolvimento ou privados, como por exemplo, assinar uma petição ou votar num determinado candidato político, do que se envolver em comportamentos com maiores custos ou públicos como doar dinheiro para uma organização ou participar num protesto.

De modo a avaliar o grau de envolvimento das pessoas em ações coletivas a favor do ambiente, Alisat & Riemer (2015) construíram a *Environmental Action Scale* (EAS). Esta escala foi desenvolvida de modo a fornecer uma medida abrangente, válida e confiável para facilitar a avaliação de programas e promover ações pró-ambientais, assim como ajudar com o desenvolvimento da teoria relacionada com o envolvimento nestas ações. A escala fornece uma medida de ação ambiental para jovens e adultos, sendo a versão final desta escala constituída por 18 itens. A escala EAS encontra-se positiva e significativamente correlacionada com a identidade ambiental, tal como encontrado em estudos anteriores (Whitmarsh & O'Neill, 2010). Este estudo de Alisat & Riemer (2015) mostra ainda que as ações pró-ambientais são qualitativamente distintas das práticas individuais.

A EAS foi adaptada para Portugal por Carmona et al. (2021). Os resultados forneceram suporte para a divisão em duas subescalas, uma composta por itens que avaliam as ações participativas e outra por itens que avaliam as ações de liderança. As pontuações no EAS em Portugal também demonstraram uma correlação positiva com a escala de identidade ambiental, o que sustenta a ideia que estes construtos estão associados (Carmona et al., 2021).

Gulliver et al. (2022), baseando-se na Teoria do Comportamento Planeado, realizaram um estudo exploratório para estudar os preditores do voluntariado ambiental, mais especificamente os preditores dos comportamentos de liderança e participação. Para tal, construíram um estudo online cujo público-alvo eram participantes que se tinham envolvido em alguma forma de voluntariado nos 2 anos prévios à realização do estudo. O modelo previu uma quantidade razoável de variação dos comportamentos de liderança (43%), apesar de nenhuma das variáveis da Teoria do Comportamento Planeado, ter sido considerada um preditor significativo. Os resultados demonstraram os participantes que reportam envolver-se em mais atividades voluntárias de participação eram mais novos, tinham maior autoeficácia e identificavam-se mais fortemente como voluntários ambientais. Os participantes que relataram envolver-se em mais comportamentos de liderança tiveram maiores perceções de autoeficácia e um maior envolvimento passado em comportamentos de participação.

Apesar da importância da tomada de ações pró-ambientais constata-se que a presença destas é relativamente baixa na população geral (Leiserowitz et al., 2012). Os baixos valores

encontrados para as ações de participação e de liderança em Alisat & Riemer (2015) e Carmona et al. (2021) ($M = 0.76$, $SD = 0.75$) corroboram esta afirmação. Desta forma torna-se importante perceber que fatores sociopsicológicos contribuem para a adoção destas ações, de modo a melhor compreender o que podem ser facilitadores ou barreiras à sua manifestação.

Nas próximas secções iremos abordar a relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais e o efeito moderador da identificação com o grupo e da geração nesta relação.

1.2. Normas sociais (variável preditora I)

As normas sociais podem ser definidas como as crenças dos indivíduos sobre o comportamento aceite dentro de um grupo. Estas não dizem apenas qual é o comportamento apropriado, mas também definem o que o grupo faz e quem é o grupo (McDonald & Crandall, 2015). As normas sociais são, portanto, comportamentos, atitudes, crenças e códigos de conduta predominantes num grupo e que influenciam expectativas, opiniões e ações dos membros do grupo (Cialdini & Jacobson, 2021). Estas normas diferenciam-se das normas pessoais, que dizem respeito aos sentimentos de obrigação moral em agir contra algo (De Groot & Steg, 2007); e das normas subjetivas que referem-se à perceção que temos do que os outros esperam de nós (Abrahamse et al., 2009).

A literatura tem mostrado que as normas sociais são preditoras de comportamentos em vários domínios, como por exemplo abuso de álcool (Perkins, 2002), atividade física e alimentação saudável (Ball et al., 2010). Também são importantes preditoras da adesão a ações pró-ambientais (Farrow et al., 2017; García-Valiñas et al., 2012; Stern, 2000). Contudo, segundo Markowitz & Shariff (2012), as normas também podem ter o efeito contrário e entrar em conflito com estilos de vida sustentáveis. Por exemplo, se um estilo de vida intensivo em carbono for a norma social, as pessoas vão agir em conformidade com esta norma e ter ações prejudiciais ao ambiente.

Existem vários mecanismos através dos quais as normas influenciam o comportamento. Uma das razões para este efeito direto é por causa da pressão social (Bamberg et al., 2007). Outra razão possível é porque os indivíduos imitam os comportamentos de outros referentes como uma maneira de aprender novos comportamentos (Bamberg et al., 2007). De acordo com a teoria de aprendizagem social de Bandura (1986), os indivíduos modelam o seu comportamento a partir de outros indivíduos significativos que são considerados mais experientes no desempenho do comportamento.

A teoria mais usada na literatura para diferenciar as normas, segundo Farrow et al. (2017), é a teoria da conduta normativa de Cialdini et al. (1990), que diferencia as normas em descritivas e injuntivas.

As normas descritivas referem-se às percepções da prevalência de um comportamento num grupo. As normas descritivas demonstraram um efeito direto (Cialdini, 2007) e indireto, através de moderação e mediação, no comportamento (Rimal, 2008). Por sua vez, as normas injuntivas referem-se às percepções da aprovação de um comportamento pelos membros de um grupo (Cialdini et al., 1990; Cialdini & Jacobson, 2021). É bastante frequente as normas descritivas e injuntivas serem congruentes, porque ao observar o que a maioria das pessoas faz (norma descritiva), os indivíduos percebem que tem de imitar o comportamento (Rimal & Real, 2005). Apesar de conceitos distintos, podem ser confundidas porque muitas vezes o que é normalmente feito pelos sujeitos pode ser confundido com o que é aprovado por estes (Cialdini et al., 1990).

Demonstrou-se que a norma descritiva é a que tem mais impacto direto nos comportamentos pró-ambientais, como por exemplo na conservação de energia (Nolan et al., 2008) e na reciclagem (Lapinski et al., 2017). Bicchieri & Xiao (2009) verificaram que quando as duas normas encontram-se em conflito, as descritivas são preditoras do comportamento, enquanto as normas injuntivas só são preditoras do comportamento quando estão em conformidade com as descritivas. Na ausência de normas injuntivas explícitas, as pessoas assumem que o comportamento generalizado (normas descritivas) é apoiado pela crença que o comportamento é aprovado pelo grupo (normas injuntivas) (Farrow et al., 2017).

Schultz et al. (2007) encontraram um efeito *boomerang*, em que dar informações sobre normas descritivas diminui um comportamento indesejável em indivíduos que realizam o comportamento numa taxa acima da norma. A mesma mensagem, no entanto, pode aumentar o comportamento em indivíduos que realizam o comportamento abaixo da norma. No entanto, fornecer informações normativas descritivas de consumo acima da média dos vizinhos em conjunto com as injuntivas que os outros aprovam o baixo consumo de energia previne o efeito *boomerang* em famílias que consomem abaixo da norma.

Wallis & Loy (2021) demonstraram que os participantes nos protestos em prol do ambiente, em comparação com os participantes recrutados através de uma amostra diversificada, têm uma percepção de que os seus amigos se envolvem em protestos mais frequentemente. Encontram também uma correlação positiva, mas mais fraca, entre o ativismo pró-ambiental dos participantes e a percepção do ativismo dos pais.

Muitos estudos demonstraram a influência das normas sociais, contudo, poucos estudaram se as pessoas conseguiam detetar a influência destas no seu próprio comportamento. Nolan et

al. (2008) explorou as razões para a conservação de energia e descobriu que as crenças normativas descritivas foram mais preditivas do comportamento que outras crenças, apesar dos participantes avaliarem estas como as menos importantes na sua decisão de conservação. Deste modo, pode-se concluir que a influência social normativa produz uma maior mudança de comportamento em comparação com informações que destacam outras razões para conservar. Também podemos concluir que os participantes subestimam a influência das normas no seu próprio comportamento. Isto sugere que as normas atuam por meio de heurísticas mentais rápidas e intuitivas (Farrow et al., 2017).

Smith et al. (2021) também encontraram que a frequência percebida dos amigos e família (normas descritivas) tem um efeito preditivo na participação em movimentos sociais. Latkin et al. (2022) corroboram este efeito encontrado e demonstraram, através de um estudo longitudinal realizado nos Estados Unidos, que as normas sociais tem um efeito direto em várias ações pró-ambientais de participação.

Com este estudo pretendemos perceber se as normas sociais percebidas estão associadas à adoção de ações pró-ambientais de participação e liderança. Esperamos que normas de grupo mais fortes, quer descritivas, quer injuntivas, estejam associadas ao maior envolvimento de ações pró-ambientais de participação e de liderança. Consideramos como grupo ou referente normativo os pares, mais especificamente os amigos e colegas, e as pessoas da mesma faixa etária dos participantes.

Nas próximas duas secções iremos abordar o que esperamos serem os moderadores da relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais, mais concretamente: a identificação com o grupo de pares e a geração.

1.3. Geração (variável moderadora)

Cada geração está exposta a diferentes oportunidades e barreiras sociais; tipos de tecnologia; percepções; normas sociais e experiências de vida. É, portanto, comum que desenvolvam diferentes maneiras de ver o mundo (Gómez-Román et al., 2021) e neste estudo será examinado se essas diferenças, especificamente entre a geração Y e Z, impactam o modo como as normas sociais estão associadas à adesão a ações de participação e liderança.

O *cut off* para as gerações gerou bastantes discussões e espera-se que este assunto se estenda por décadas (Gómez-Román et al., 2021). O Pew Research Center (2019) considera a geração Y (*millenials*) aqueles entre os 26 e os 41 anos de idade e a geração Z entre os 10 e os 25 anos por vários fatores políticos, económicos e sociais. Entre estes fatores estão o facto dos *millenials*

terem entre 5 e 20 anos quando aconteceu o ataque de 11 de setembro de 2001 e muitos perceberam a importância histórica do evento. Por outro lado, a geração Z tem pouca ou nenhuma memória do evento. Os *millennials* são a geração mais diversa em termos étnicos e raciais da história. Contudo, a geração Z é ainda mais diversa. Em relação às questões económicas, a maioria dos *millennials* entrou no mercado de trabalho e enfrentou a recessão económica de 2008, o que não aconteceu para a Geração Z. Em relação à tecnologia, para a Geração Z a tecnologia fez parte da sua vida desde o nascimento, o que não aconteceu para os *millennials*.

Além disso, a literatura tem mostrado que os mais jovens estão mais preocupados com as mudanças climáticas e vêem o risco climático como algo mais pessoal do que as pessoas mais velhas (Ballew et al., 2020), embora isto não se traduza necessariamente em mais ações pró-ambientais por parte desta geração.

Apesar de os comportamentos pró-ambientais serem percecionados como “*uncool*” entre os jovens (Corner et al., 2015), tem-se demonstrado um aumento do envolvimento desta faixa etária em protestos a favor do ambiente, como é o caso do *Fridays for Future* (Wallis & Loy, 2021).

Parzonko et al. (2021) estudaram o comportamento pró-ambiental das pessoas da geração Z. Os comportamentos pró-ambientais mais indicados como sendo realizados pelos participantes neste estudo são aqueles que não envolvem muito tempo, dinheiro ou esforço e são, deste modo, mais aceitáveis. Com base na análise dos comportamentos pró-ambientais declarados, parece que na geração Z a maioria destes comportamentos são hábitos adquiridos, como apagar a luz ao sair de uma divisão (declarado por 90% dos entrevistados da geração Z). Esta geração, também estava mais disposta a escolher o transporte público como principal meio de deslocação. Apesar da elevada consciência ambiental da geração Z, cerca de 50% dos participantes não participavam ativamente em organizações de apoio ao ambiente e não demonstraram vontade de adquirir conhecimentos de forma independente sobre práticas sustentáveis. Este estudo também sugere que tanto a preocupação ambiental como o envolvimento são maiores nas gerações mais velhas do que nas mais jovens, apesar da crença comum que acontece o contrário. Segundo os resultados de Parzonko et al. (2021), 80% dos participantes da geração Z obtêm informações sobre práticas sustentáveis e proteção ambiental apenas através das redes sociais. Este estudo também demonstrou que os principais desmotivadores do comportamento pró-ambiental são predominantemente económicos.

O aumento da idade tem sido associado a comportamentos mais sustentáveis, apesar deste ter um poder explicatório baixo (Thaller, 2020). Tobler et al. 2012 encontrou que as pessoas

mais jovens e com maior nível de educação estão menos recetivas a reduzir o uso do carro e avião.

A geração Y tornou-se um segmento importante de viajantes e de hóspedes nos hotéis. No seguimento disto, Kim et al. (2011) examinaram as atitudes da Geração Y em relação às práticas verdes e identificaram os atributos verdes que homens e mulheres da Geração Y preferem. Descobriram que os hóspedes do sexo feminino e da geração Y são mais propensos a esperar alimentos ecologicamente mais sustentáveis do que hóspedes do sexo masculino. Este autor argumenta que a geração Y enfrentou várias questões ambientais, como as alterações climáticas, o que a levou a desenvolver uma consciência ambiental. Deste modo, tornou-se importante para esta geração a proteção do ambiente e práticas sustentáveis. Também foi confirmada a hipótese de que os hóspedes da geração Y estão dispostos a pagar mais por um hotel com práticas mais sustentáveis se este tiver negócios com prestadores de serviços ecologicamente sustentáveis, anunciar as suas práticas sustentáveis, fornecer alimentos ecologicamente sustentáveis e se tiver um programa de reciclagem. Contudo, os autores apontam que os resultados deste estudo devem ser analisados cuidadosamente porque foram limitados à região oeste de Nova York e à região Norte da Flórida.

Existem poucos estudos que comparam as diferentes gerações e estes apresentam resultados divergentes. Enquanto alguns mostram que a Geração Y está mais preocupada com o ambiente do que as anteriores (Kim et al., 2011), Hanks et al. (2008) refere que esta geração não está muito preocupada com o ambiente.

Gómez-Román et al. (2021) compararam a geração Y/*millennials* (1981-2000) e a geração X (1965-1980). Este estudo, com base em dados do European Social Survey, pretendia determinar se a região e a geração poderiam ajudar a explicar diferenças de atitudes, normas pessoais e comportamentos pró-ambientais. Gómez-Román et al. (2021) consideram participantes entre 22 e 41 anos como *millennials* e entre os 42 e 57 anos como Geração X. As descobertas deste estudo desafiam a crença comum de que a geração mais nova é a mais ambientalmente consciente, mostrando que muitos *millennials* não se mostram preocupados com a sua pegada climática, nem mostram mais preocupação do que as gerações anteriores em relação a este tema. Contrariamente ao esperado não houveram diferenças entre os *millennials* e a geração X nas atitudes ambientais e nos comportamentos pró-ambientais indiretos medidos: impostos sobre os combustíveis fósseis e subsídios para a energia renovável. Para além disto, os *millennials* obtiveram pontuações mais baixas nas atitudes pró-ambientais diretas, redução de energia e eficiência energética, e estão menos dispostos a aceitar proibições para os aparelhos com menos eficiência energética.

Nos jovens tem sido estudado maioritariamente a influência dos pais nos comportamentos pró-ambientais (Casaló & Escario, 2016) e a influência de outras pessoas tem sido negligenciada. No entanto, Wallis & Loy (2021) descobriram que os amigos, ao invés dos pais, parecem ser modelos relevantes no ativismo pró-ambiental.

Collado et al. (2019), por sua vez, demonstraram que as normas descritivas e injuntivas dos pais e pares contribuem para os comportamentos pró-ambientais dos jovens dos 12 aos 19 anos. Goethem et al. (2014) demonstraram ainda que os adolescentes eram mais propensos em adotar comportamentos voluntários quando os seus pais e melhores amigos se voluntariavam. Este estudo demonstra também que com o avançar da idade, os adolescentes vêem os amigos como mais importantes para o voluntariado ocorrer e a família como mais importante para a frequência do voluntariado. Francis (2011) encontrou que o voluntariado observado dos membros do grupo de referência (pais, irmãos e amigos próximos) prediz o voluntariado dos estudantes universitários.

Este estudo, por sua vez, pretende perceber se há diferenças geracionais entre a Geração Y e Z. Para tal, vai ser usado a divisão do Pew Research Center. Devido à influência dos amigos no comportamento dos jovens e ao recente aumento do envolvimento dos mais jovens nas questões ambientais, propomos que o efeito das normas sociais difira consoante o grupo etário, de tal modo que na geração Z a relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais seja mais forte do que na geração precedente, a geração Y.

1.4. Identificação com o grupo (variável moderadora)

Tajfel & Turner (2004) definem comportamento intergrupar como qualquer comportamento realizado por uma ou mais pessoas em direção aos outros e que é baseada na perceção que as pessoas têm de si e dos outros como pertencentes a diferentes categorias sociais. As categorias sociais são importantes na medida em que sistematizam o ambiente social e criam e definem o lugar do indivíduo na sociedade.

Segundo Tajfel & Turner (2004), estão presentes três processos básicos na explicação do comportamento intergrupar: 1) categorização social, em que são acentuadas as diferenças entre o endogrupo e o exogrupo; 2) identificação social, que consiste no processo de localizar alguém dentro de um sistema de categorias sociais; 3) comparação social e favoritismo do grupo, em que é favorecido o endogrupo relativamente ao exogrupo. Tajfel & Turner (2004) afirmam que os indivíduos têm por objetivo manter ou aumentar a sua autoestima, o que acontece através de comparações favoráveis entre o endogrupo e exogrupo.

Quando a identidade social é saliente, os indivíduos representam-se como membros do endogrupo e deste modo o seu comportamento é afetado pelo que eles pensam ser a regra ou norma dentro do seu grupo (Masson & Fritsche, 2014).

A investigação mostrou que uma maior identificação com um grupo social aumenta a probabilidade de se ser influenciado pelos membros do grupo (Christensen et al., 2004). A internalização das normas sociais já foi demonstrada ser importante para vários comportamentos, como por exemplo: cooperação e ajuda (Blader & Tyler, 2009), motivação (Van Knippenberg, 2000) e saúde e bem-estar (Haslam et al., 2009).

Investigações anteriores sugerem que a identificação com um grupo explica diferenças no envolvimento em ações relacionadas com as mudanças climáticas. Masson & Fritsche (2014) demonstraram que as normas sociais e a identificação com o grupo influenciam as intenções de comprar comida orgânica. Wallis & Loy (2021) verificaram que a identificação com o grupo é preditora de ações ativistas pró-ambientais. Bamberg et al. (2015) exploraram os determinantes subjacentes à participação nas ações pró-ambientais e descobriram que a eficácia participativa, a eficácia individual e principalmente a identificação com um grupo de ativistas ambientais era o preditor mais forte das intenções de participação em ações pró-ambientais.

Além disto, os efeitos da identificação com o grupo permanecem estáveis quando a eficácia percebida do consumidor para combater as mudanças climáticas foi incluída no estudo. Isto significa, pois, que a participação em grupos pode promover ações participativas pró-ambientais, mesmo diante de barreiras, como por exemplo, baixa eficácia percebida (Masson & Fritsche, 2014).

Schmitt et al. (2019) encontrou que identificação com um grupo que está envolvido numa luta coletiva para criar ações pró-ambientais é um preditor direto do ativismo.

Num estudo com estudantes universitários, foi analisado até que ponto o ativismo ambiental e o comportamento ambiental estão relacionados e até que ponto estes últimos estão associados à identificação com o grupo. O estudo sugere que a identificação prediz indiretamente o ativismo pró-ambiental através da cidadania, explicando 60% da variância do ativismo (Dono et al., 2010).

Ainda assim, e de acordo com Rimal & Lapinski (2015), a literatura tem demonstrado efeitos fracos ou inconsistentes da identificação, dependendo de como a identidade de grupo é operacionalizada. A teoria do comportamento social normativo propõe antes um efeito interativo entre as normas descritivas e a identidade de grupo tal que quando os indivíduos percebem uma elevada prevalência de um comportamento num grupo de referência (alta norma descritiva) e se vêem como similares aos membros do grupo de referência têm mais

probabilidade de se envolver no comportamento (Rimal & Real, 2005). Estudos anteriores mostraram que a identidade de grupo modera a relação entre as normas descritivas e as intenções, contudo o efeito é pequeno (Rimal, 2008).

Segundo a teoria do comportamento social normativo, a identidade de grupo tem sido operacionalizada como um construto bidimensional que integra aspiração e similaridade. Aspiração refere-se à medida que uma pessoa deseja igualar os comportamentos de outros referentes. Por sua vez, a similaridade refere-se a como um indivíduo se percebe psicologicamente próximo do outro referente (Rimal, 2008). Gonzalez et al. (2022) usaram esta divisão e verificaram que nem a similaridade nem a aspiração estão significativamente associadas à intenção de se envolver em ativismo ambiental. Contudo, a interação entre as normas descritivas e a similaridade foi significativa a prever variação na intenção. Quer isto dizer que para os participantes com alta similaridade percebida com os seus colegas, a norma descritiva estava significativamente associada à intenção. Mas quando a similaridade percebida era moderada ou baixa a relação entre as normas descritivas e a intenção não foi significativa. Deste modo, os jovens tinham mais probabilidade de exibir intenções de ativismo quanto percebiam que os seus colegas semelhantes a si se envolviam neste comportamento, mas não estavam motivados para realizar ativismo se acreditassem que poucos se envolviam.

Fielding et al. (2008) também demonstraram que a identificação pode ter um efeito moderador na relação entre normas e comportamentos, verificando que as normas influenciam as intenções de se envolver em agricultura sustentável entre os agricultores que se identificavam fortemente com a comunidade local, mas não entre aqueles que não se identificavam.

Segundo Lapinski & Rimal (2005) a importância da identificação com o grupo influencia a maneira como as normas sociais afetam o comportamento das pessoas. Afirmam também que apesar das pessoas frequentemente se identificarem com vários grupos, o seu comportamento é influenciado pelas afiliações que estes consideram como mais importantes. Deste modo, iremos explorar a importância da identificação com o grupo como moderadora do efeito moderador da identificação do grupo de pares nas ações pró-ambientais.

Neste estudo esperamos que a identificação com o grupo modere a relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais. Deste modo prevemos que indivíduos com uma forte identificação com o grupo de pares vão adotar as normas internas do grupo em favor do clima e deste modo vão ter mais ações pró-ambientais, quer de participação, quer de liderança. Prevemos também que a importância da identificação com o grupo seja moderadora desta moderação. Desta forma, propomos que a identificação com o grupo irá moderar a relação entre

as normas sociais e as ações pró-ambientais quando é importante para a pessoa identificar-se com o grupo.

1.5. Envolvimento político (variável preditora II)

Adicionalmente ao que propomos estudar nas secções anteriores, designadamente o efeito das normas sociais nas ações pró-ambientais de participação e liderança e os respetivos moderadores, pretendemos investigar o efeito do envolvimento político nas ações pró-ambientais, moderado pela ideologia política.

O envolvimento político é um construto psicológico e envolve por exemplo: ter interesse; tomar atenção; ter conhecimento sobre; possuir crenças, opiniões, atitudes e sentimentos sobre assuntos políticos ou cívicos (Barrett & Brunton-Smith, 2014). O envolvimento fornece uma forma importante de feedback para os políticos, que baseiam as suas ações no interesse das pessoas (Dietzel & Maynard, 2015).

Barrett & Brunton-Smith (2014) identificam diversos fatores que influenciam os padrões de envolvimento político e participação, nomeadamente: as características da população; características históricas, económicas e culturais de um país; fatores sociodemográficos, sendo o mais importante o estatuto socioeconómico; e fatores sociais. Tem havido uma diminuição do envolvimento político (Dietzel & Maynard, 2015), que se pronuncia de forma mais expressiva nos jovens adultos. Os jovens vêem os governos como os maiores responsáveis quanto às alterações climáticas, contudo revelam baixa confiança nestes (Corner et al., 2015). De Marco et al. (2017) analisou a participação política digital na Espanha através do modelo sociopsicológico da conduta política. Segundo este modelo, os autores diferenciam entre a componente afetiva das atitudes (envolvimento político psicológico) e o componente cognitivo das atitudes (normas de cidadania e confiança institucional). Este estudo sugere a existência de um efeito indireto entre os componentes cognitivos das atitudes e a participação política digital por meio do envolvimento político, controlando o efeito da ideologia política. Este resultado indica que o envolvimento político pode ter um papel relevante na adesão a ações ativistas, de participação, mas ainda não foi estudado se isto acontece quando se trata de ações pró-ambientais.

Neste estudo vamos avaliar o efeito do envolvimento político nas ações pró-ambientais. Esperamos que quanto maior o envolvimento político maior a adesão a ações pró-ambientais de participação e de liderança. Esta relação poderá, no entanto, diferenciar-se consoante a ideologia política a que os indivíduos aderem, como iremos propor na próxima secção.

1.6. Ideologia política (variável moderadora)

Carvalho et al. (2017) considera as alterações climáticas como fundamentalmente uma questão política. Carter (2013) avaliou a família do partido Verde, argumentando que esta é homogénea, com fortes posições ambientais, libertárias e de esquerda. Para tal utilizou dados do *Manifesto Project* e o *Chapel Hill Expert Survey*. Verificou que os partidos Verdes europeus tem uma saliência extremamente alta de proteção ambiental e que esta é maior para os que ocupam posições políticas mais radicais. Os dados do *Manifesto* sugerem que os partidos centro-esquerda dão mais saliência ao meio ambiente que os partidos do centro-direita, mas a margem entre os dois é tipicamente bastante pequena e o padrão varia entre os países e ao longo do tempo.

Segundo Unsworth & Fielding (2014) quando um indivíduo se identifica com um partido político que apoia causas ambientais é mais provável de partilhar essas mesmas crenças. O grau em que os indivíduos compreendem questões relacionadas com a proteção ambiental como importante estará, portanto, relacionado à sua ideologia política, sendo que aqueles com ideologias mais conservadoras são menos favoráveis a iniciativas pró-ambientais e menos preocupados com as mudanças climáticas do que aqueles que adotam ideologias liberais (Currie & Schoma, 2018; Moyano-Díaz et al., 2019).

A ideologia política tem sido descrita como tendo uma dimensão social, em que se opõe aqueles que preferem a mudança social e o tradicionalismo, e a dimensão económica, em que se opõe a preferência pela igualdade ou pela desigualdade. Os indivíduos que adotam uma visão conservadora pretendem a perpetuação do *status quo*, ou seja, do tradicionalismo, enquanto que aqueles que adotam posições liberais defendem a mudança social e promovem relações caracterizadas pela igualdade (Jost et al., 2003).

Currie & Schoma (2018) investigaram as perceções de moralidade de 15 comportamentos verdes diferentes, como por exemplo, a compostagem, a compra de produtos verdes, instalação de aparelhos verdes, reutilização de sacos no supermercado. Os resultados revelaram que a ideologia se relaciona com as perceções de moralidade dos comportamentos pró-ambientais, de tal modo que os que se identificam mais fortemente como liberais, em contraste com os conservadores, percebiam os comportamentos verdes como mais morais. Esta relação, segundo os investigadores, pode ser explicada pelos sentimentos positivos que estes experienciavam relativamente aos comportamentos verdes.

Ehret et al. (2018) investigaram (1) se as sugestões partidárias influenciavam o apoio a uma política climática; (2) potenciais moderadores relacionados com o conhecimento político e

crenças sobre mudanças climáticas; e (3) o efeito mediador das percepções de normas dentro do grupo *versus* fora do grupo. Descobriram que os democratas apoiam mais a política climática do que os republicanos. Verificaram que tanto fatores pessoais (crenças e conhecimentos sobre mudanças climáticas) quanto fatores situacionais (ou seja, sugestões partidárias) influenciam o apoio à política climática. Maiores níveis de conhecimentos levaram, em geral, a maiores níveis de polarização. Descobriram ainda que as percepções normativas de apoio político dentro do grupo explicam a relação entre sugestões partidárias e apoio político.

Lewis et al. (2019), usaram o *Pew Research Center's 2015 Global Attitudes Survey* de modo a comparar os determinantes da preocupação climática em 36 países. Foi examinada a ideologia política, género, educação, idade, rendimento e religiosidade. Este estudo sugere que a ideologia política não é estatisticamente significativa em 27 dos 36 países analisados. Apenas foram obtidos resultados significativos nos seguintes países: França, Itália, USA e UK. A ideologia política de esquerda foi o preditor mais forte da preocupação com as mudanças climáticas na França, sendo que os que se posicionaram mais à esquerda estavam mais propensos a compreender as alterações climáticas como um problema sério do que os que se posicionavam mais à esquerda. O maior preditor da preocupação com as mudanças climáticas foi o compromisso com os princípios democráticos. Acreditar em eleições livres, liberdade de religião e imprensa, e falta de censura na internet estavam associados a uma maior probabilidade de acreditar que a mudança climática era um problema muito sério.

Como referido acima, prevê-se que o envolvimento político contribua para a adesão a ações pró-ambientais de participação e liderança. No entanto, será também expectável que esta relação seja diferente para quem se posicione como sendo de esquerda, uma vez que estará já mais atento à agenda política ambiental do que quem se posicione à direita.

1.7. Objetivo, hipóteses e modelo de investigação

O objetivo deste estudo é perceber que fatores sociopsicológicos estão associados à adesão a ações pró-ambientais, considerando as normas sociais e o envolvimento político como fatores que contribuem para o envolvimento nestas ações. Adicionalmente, pretendemos investigar se os fatores associados às ações de participação são os mesmos que estão associados às ações de liderança. Com base na literatura revista, propõe-se as seguintes hipóteses:

H1. As normas sociais descritivas estão positivamente associadas à adoção de ações de participação.

H1a. A geração modera a relação entre as normas sociais descritivas e as ações de participação. Esta relação será mais forte no grupo etário mais jovem.

H1b. A identificação com o grupo de pares modera a relação entre as normas sociais descritivas e as ações de participação. Esta relação será mais forte quando a identificação for maior.

H1c. A importância da identificação com o grupo de pares modera a relação entre as normas sociais descritivas e a identificação com o grupo. Esta relação será mais forte quando a importância for maior.

H2. As normas sociais injuntivas estão positivamente associadas à adoção de ações de participação .

H2a. A geração modera a relação entre as normas sociais injuntivas e as ações de participação. Esta relação será mais forte no grupo etário mais jovem.

H2b. A identificação com o grupo de pares modera a relação entre as normas sociais injuntivas e as ações de participação. Esta relação será mais forte quando a identificação for maior.

H2c. A importância da identificação com o grupo de pares modera a relação entre as normas sociais injuntivas e a identificação com o grupo. Esta relação será mais forte quando a importância for maior.

H3. As normas sociais descritivas estão positivamente associadas à adoção de ações de liderança.

H3a. A geração modera a relação entre as normas sociais descritivas e as ações de liderança. Esta relação será mais forte no grupo etário mais jovem.

H3b. A identificação com o grupo de pares modera a relação entre as normas sociais descritivas e as ações de liderança. Esta relação será mais forte quando a identificação for maior.

H3c. A importância da identificação com o grupo de pares modera a relação entre as normas sociais descritivas e a identificação com o grupo. Esta relação será mais forte quando a importância for maior.

H4. As normas sociais injuntivas estão positivamente associadas à adoção de ações de liderança .

H4a. A geração modera a relação entre as normas sociais injuntivas e as ações de liderança. Esta relação será mais forte no grupo etário mais jovem.

H4b. A identificação com o grupo de pares modera a relação entre as normas sociais injuntivas e as ações de liderança. Esta relação será mais forte quando a identificação for maior.

H4c. A importância da identificação com o grupo de pares modera a relação entre as normas sociais injuntivas e a identificação com o grupo. Esta relação será mais forte quando a importância for maior.

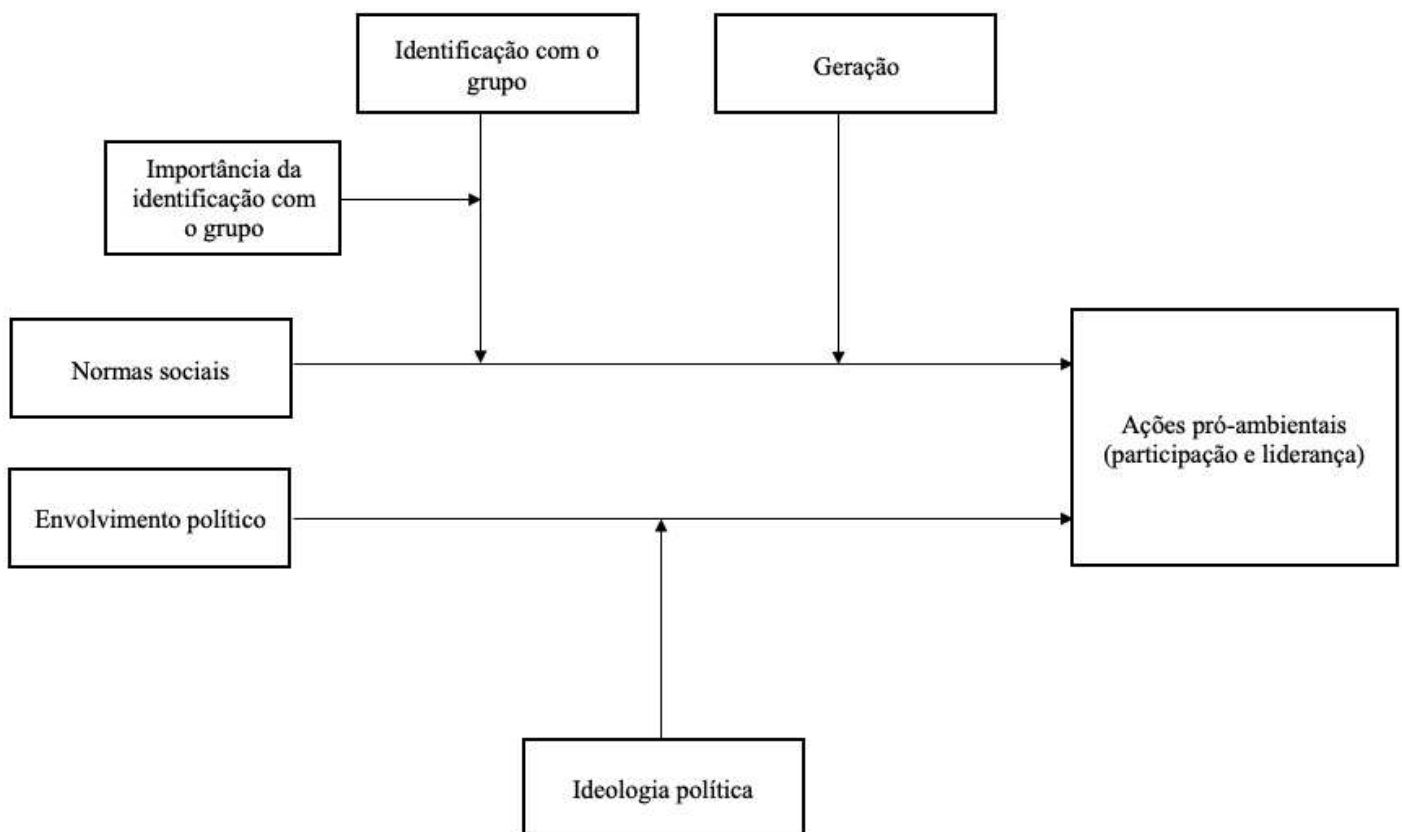
H5. O envolvimento político está positivamente associado à adoção de ações de participação.

H5a. A ideologia política modera a relação entre o envolvimento político e as ações de participação. Esta relação é mais forte para o posicionamento de esquerda.

H6. O envolvimento político está positivamente associado à adoção de ações de liderança.

H6a. A ideologia política modera a relação entre o envolvimento político e as ações de liderança. Esta relação é mais forte para o posicionamento de esquerda.

Figura 1 - Modelo de investigação



Capítulo II – Método

2.1. Participantes

Dos 244 acessos ao questionário, foram excluídos os inquiridos que não completaram o questionário ($n = 56$) e os que tinham mais de 41 anos ($n = 3$). A amostra final analisada ($n = 185$) é constituída por 76.8% participantes do sexo feminino e 23.2% do sexo masculino, com idades entre os 18 e 40 anos ($M = 23.3$; $DP = 4.9$). Em relação à escolaridade, os participantes concluíram as seguintes habilitações académicas: 43.2% o secundário; 37.3% a licenciatura, 17.8% o mestrado, 1.1% o 3.º ciclo; 0.5% o doutoramento. Em relação à geração, 58.4% faziam parte da geração Z ($Min = 18$, $Máx = 25$) e 41.6% da geração Y ($Min = 26$, $Máx = 40$ anos).

2.2. Procedimento e instrumento

De modo a investigar a relação entre as variáveis normas sociais; envolvimento político e as ações pró-ambientais, e os respetivos efeitos moderadores, foi construído um questionário, aprovado pela Comissão de Ética do ISCTE em fevereiro de 2022. Para divulgar o questionário foi utilizado o método de amostragem não probabilística por conveniência. O link de acesso ao questionário foi partilhado através de: a) Sistema de Participação em Investigação em Psicologia (SPI) do Laboratório de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE (Lapso); b) redes sociais (Facebook e Instagram). Após acederem ao link, os participantes eram direcionados para o questionário na plataforma Qualtrics. A recolha decorreu entre fevereiro e março de 2022. O público alvo deste estudo eram indivíduos entre os 18 anos e 41 anos, incluindo desta forma participantes que consideramos ser da Geração Y (26 aos 41 anos) e Z (18 aos 25 anos).

No início do questionário (Anexo A) foi apresentado um consentimento informado em que era descrito sucintamente os objetivos do estudo, duração estimada, natureza voluntária e confidencial da participação e dados de contacto, caso o participante tivesse alguma dúvida. Foi ainda exposto aos participantes que os dados obtidos seriam apenas usados neste projeto de investigação e que nenhum resultado seria analisado ou reportado individualmente. Também foi informado que os participantes podiam interromper a participação a qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Caso os participantes concordassem com os termos de participação avançavam para a primeira pergunta do questionário. Caso contrário eram remetidos para a página final do mesmo.

Primeiramente, foi pedido aos participantes que respondessem a questões sociodemográficas habitualmente usadas nos estudos de ações pró-ambientais (sexo, idade e escolaridade) (Gulliver et al., 2022).

Em seguida serão apresentadas as variáveis investigadas e os itens usados para a recolha de dados.

2.2.1. Variável critério: Ações pró-ambientais de participação e liderança

Para avaliar as ações pró-ambientais foram utilizados dezoito itens da Escala de Ação Ambiental (Carmona et al., 2021). Os participantes deviam responder com que frequência se envolveram nos últimos seis meses nas atividades ambientais descritas nos itens. Estes itens deviam ser respondidos numa escala de *Likert* de 5 pontos (1-Nunca; 5-Frequentemente). Esta escala como já referido, é composta por duas subescalas: ações participativas (itens 1, 2, 4, 5, 8, 9, 14, 15, 17 e 18) ($\alpha = 0.88$) e ações de liderança (itens 3, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16) ($\alpha = 0.77$). De modo a distinguir entre estes tipos de ações pró-ambientais foi construída uma compósita para as ações participativas e uma para as ações de liderança, em que foi excluído o item 6 (“Utilizei métodos tradicionais, por exemplo, cartas e artigos, para consciencializar sobre questões pró-ambientais”) devido a baixar o alfa de Cronbach. A escala de ações de liderança, após exclusão do item 6, apresenta uma consistência interna boa ($\alpha = 0.81$).

2.2.2. Variável preditora: Normas descritivas

Para avaliar a influência das normas descritivas foi solicitado aos participantes que pensassem nos grupos de pessoas que conheciam e indicassem o quanto estes estavam envolvidos em questões ambientais. Tal como Wallis & Loy (2021), utilizamos três itens: “Com que frequência os seus amigos participam em ações pró-ambientais (por exemplo, participação em protestos, assinar petições)?”; “Com que frequência os seus colegas participam em ações pró-ambientais?”; e “Quanto é que pessoas da sua faixa etária participam em ações sobre questões ambientais?”. Estes itens deviam ser respondidos numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos (1-Nunca; 5- Muito Frequentemente). Os itens usados para avaliar as normas descritivas apresentam uma consistência boa ($\alpha = 0.81$), e por isso, procedemos à construção de uma compósita.

2.2.3. Variável preditora: Normas injuntivas

De modo a avaliar as normas injuntivas, pediu-se que os participantes pensassem nos mesmos grupos em que pensaram para as normas descritivas e indicassem quanto aprovavam o seu envolvimento em questões ambientais. Foram utilizados três itens, tal como em Göckeritz et al. (2010): “Quanto é que acha que os seus amigos aprovam a participação em ações pró-ambientais?”; “Quanto é que acha que os seus colegas aprovam a participação em ações pró-ambientais?”; “Quanto é que as pessoas da sua faixa etária aprovam a participação ativa sobre questões ambientais?” que deveriam ser respondidos numa escala de 5 pontos (1 – Nada; 5 – Extremamente). A consistência desta escala é excelente ($\alpha = 0.93$), de tal modo que construímos uma compósita com estes três itens.

2.2.4. Variável moderadora: Identificação com o grupo

De forma a avaliar a identificação com o grupo, foi pedido aos participantes que respondessem numa escala de 5 pontos (1 – Nunca; 5 – Muito Frequentemente) a três itens: “Eu identifico-me com as pessoas da minha faixa etária; “Sinto uma forte ligação com as pessoas da minha faixa etária; “Sinto-me orgulhoso por fazer parte do grupo de pessoas da minha faixa etária” (Bamberg et al., 2015). As mesmas questões foram colocadas relativamente ao grupo de amigos e colegas. Verificou-se que a consistência entre estes itens era elevada ($\alpha = 0.89$), de tal modo que construiu-se uma variável compósita com estes seis indicadores.

2.2.5. Variável moderadora: Importância da identificação com o grupo

De forma a avaliar a importância da identificação com o grupo foram respondidos dois itens numa escala de 5 pontos (1 – Nada a 5 – Extremamente) : “Quão importante é para si identificar-se com os amigos e colegas?”; e “Quão importante é para si identificar-se com as pessoas da sua faixa etária?”. Estes itens foram construídos por nós. Verificou-se que a consistência entre estes dois itens era aceitável , com um valor correspondente a 0.76.

2.2.6. Variável preditora: Envolvimento político

Por fim, foi pedido aos participantes que respondessem a perguntas relativas ao seu posicionamento político. Primeiro, com base em De Marco et al. (2017), para avaliar o envolvimento político era pedido que indicassem de cinco itens o quanto cada um se aplicava

a si. Os três primeiros itens: “Interesse em política”; “Estou melhor informado sobre política do que os outros”; e “A política é difícil de perceber” deviam ser respondidos numa escala de Likert 5 pontos (1 – Nada; 5 – Extremamente). Os dois últimos itens: “Quão frequentemente fala em política” e “Quão frequentemente tenta persuadir as outras pessoas a adotar o seu ponto de vista” também eram respondidos numa escala de 5 pontos (1 – Nunca; 5 – Muito Frequentemente). Foi excluído o item “A política é difícil de perceber” por baixar o valor da consistência e obtivemos um alfa final de 0.82. Procedemos então à construção de uma compósita com estes quatro itens.

2.2.7. Variável moderadora: Ideologia política

Após responderem à questão sobre o envolvimento político, foi apresentada uma questão acerca da ideologia política e requerido, de acordo com De Marco et al. (2017), que os participantes se posicionassem numa escala de 10 pontos em que 0 correspondia à extrema esquerda e 10 à extrema direita. Para a análise, a escala da ideologia foi dividida em três níveis: esquerda (0-4), centro (5), direita (6-10).

Depois de completarem o questionário, foi apresentado um *debriefing* no qual também foi agradecida a participação no estudo.

Capítulo III – Resultados

Os dados obtidos foram analisados no programa IBM SPSS *Statistics* 27 e os modelos de moderação e moderação moderada foram analisados utilizando o *Process* versão 3.5 do Hayes. De seguida serão apresentadas as correlações entre as variáveis do modelo (Tabela 1). E em seguida serão testados os modelos de investigação (Tabela 2, 3 e 4).

3.1. Estatística descritiva e correlações entre as variáveis

3.1.1. Ações de participação

No que diz respeito aos comportamentos de participação, os participantes apresentaram em média valores baixos de adesão a estas ações ($M = 1.99$, $DP = .63$). Do conjunto de 18 ações incluídas nesta variável compósita, os comportamentos que as pessoas mais auto-reportaram foram informar-se sobre questões ambientais ($M = 3.48$, $DP = 1.10$), conversar com outras pessoas sobre estas questões ($M = 3.45$, $DP = 1.14$) e usar ferramentas online para se informar ($M = 2.40$, $DP = 1.26$). Os comportamentos que as pessoas menos reportaram adotar, com valores abaixo do ponto médio da escala, foram envolver-se com um grupo ambiental ($M = 1.33$, $DP = .82$), organizar o tempo de forma a trabalhar em questões ambientais ($M = 1.43$, $DP = .83$), apoiar financeiramente uma causa ambiental ($M = 1.46$, $DP = .92$), dedicar tempo a trabalhar com um grupo que lida com a relação do ambiente com outras questões sociais ($M = 1.57$, $DP = .99$), participar em eventos comunitários focados no ambiente ($M = 1.65$, $DP = .99$), participar em atividades de conservação da natureza ($M = 1.71$, $DP = .92$) e participar em eventos educacionais relacionados com o ambiente ($M = 1.75$, $DP = 1.00$).

3.1.2. Ações de liderança

No que diz respeito a ações de liderança, os valores de adesão revelaram-se mais baixos ($M = 1.13$, $DP = .35$) do que para as ações de participação. As ações de liderança que os indivíduos mais auto-reportaram foram utilizar métodos tradicionais, por exemplo, cartas, artigos para consciencializar sobre questões ambientais ($M = 1.44$, $DP = .83$), participar num protesto ou manifestação sobre uma questão ambiental ($M = 1.26$, $DP = .70$). Os comportamentos que as pessoas menos auto-reportaram foram organizar um protesto ou manifestação ambiental ($M = 1.07$, $DP = .38$), organizar uma petição por uma causa ambiental ($M = 1.11$, $DP = .42$), organizar um boicote contra uma empresa envolvida em práticas prejudiciais ao ambiente ($M = 1.12$, DP

= .49) escrever pessoalmente ou telefonar a um político/funcionário do governo sobre uma questão ambiental ($M = 1.15$, $DP = .46$), organizar um evento comunitário focado na consciência ambiental ($M = 1.15$, $DP = .60$).

Em seguida foram analisadas as correlações entre as variáveis do modelo de investigação, utilizando para isso os coeficientes de correlação de *Spearman*. Este coeficiente calcula a relação entre as variáveis, e verifica se a associação é positiva ou negativa, assim como indica se a relação é significativa ou não (Schober, et al., 2018).

Os níveis de adesão a ações de participação estão negativamente e significativamente associados à idade ($\rho = -.19$, $p < 0.05$). Este resultado indica que níveis mais altos de participação estão associados a indivíduos com idades mais novas. Não foram encontradas outras correlações significativas com as variáveis socio-demográficas.

No que diz respeito à liderança, esta variável está negativamente e significativamente associada com a idade ($\rho = .16$, $p < 0.05$). Este resultado indica que níveis mais altos de liderança estão associados a indivíduos com idades mais novas. A liderança também está positivamente e significativamente associada com a participação ($\rho = .39$, $p < .01$). Quer isto dizer que pessoas com níveis mais elevados de ações de liderança reportaram também ter níveis mais elevados de ações de participação.

3.1.3. Normas descritivas

As normas descritivas percebidas apresentam um valor abaixo do ponto médio da escala ($M = 2.35$, $DP = .80$). Os participantes relatam a percepção de valores mais elevados para a participação das pessoas da sua faixa etária em questões ambientais ($M = 2.75$, $DP = 1.04$) do que a frequência de participação em questões ambientais dos seus colegas ($M = 2.14$, $DP = .88$) e amigos ($M = 2.15$, $DP = .89$).

As normas descritivas estão negativa e significativamente associadas com a idade ($\rho = -.170$, $p < 0.05$). Este resultado indica que níveis mais altos das normas descritivas estão associados a idades mais novas. As normas descritivas estão também significativamente associadas aos níveis de participação ($\rho = .57$, $p < .01$) e liderança ($\rho = .32$, $p < .01$). Quer isto dizer que indivíduos que percebem normas descritivas mais elevadas reportam ter tido mais comportamentos de participação e liderança.

3.1.4. Normas injuntivas

As normas injuntivas apresentam um valor superior ($M = 3.48$, $DP = .99$) às normas descritivas. Isto significa que as percepções de aprovação do comportamento ambiental pelo grupo é superior às percepções de prevalência desse comportamento no grupo.

As normas injuntivas estão negativamente associadas com o sexo dos participantes ($\rho = -.190$, $p < .01$) e com a idade destes ($\rho = -.239$, $p < .01$). Assim sendo, participantes do sexo feminino e mais novos tendem a perceber normas injuntivas mais elevadas. Estas normas percebidas estão positivamente associadas aos comportamentos de participação ($\rho = .47$, $p < .01$) e de liderança ($\rho = .15$, $p < .01$) e às normas descritivas percebidas ($\rho = .48$, $p < .01$). Deste modo, valores elevados de percepção de aprovação do comportamento ambiental pelos membros do grupo estão associados a maior reporte de comportamentos de participação e de liderança e a percepções de maior prevalência deste comportamento no grupo.

3.1.5. Identificação com o grupo

A identificação com o grupo de pares apresenta um valor moderadamente elevado ($M = 3.62$, $DP = .67$).

A identificação com o grupo está positivamente associada à participação ($\rho = .19$, $p < .01$) e às normas descritivas ($\rho = .26$, $p < .01$) e injuntivas percebidas ($\rho = .28$, $p < .01$). Este resultado sugere que uma maior identificação com o grupo está associada a um maior reporte de ações de participação. Também sugere que elevados níveis de identificação estão associados a elevados níveis de percepção de prevalência e de aprovação do comportamento ambiental no grupo.

3.1.6. Geração

A Geração está positivamente e significativamente associada com o sexo ($\rho = .15$, $p < .05$), e escolaridade ($\rho = .31$, $p < .01$). Isso significa que nesta amostra a Geração Y tenderá a ter mais elementos do sexo masculino, e com níveis de escolaridade mais elevados do que a Geração Z. Por sua vez, a geração está negativamente e significativamente associada às normas descritivas ($\rho = -.15$, $p < .05$), injuntivas ($\rho = -.27$, $p < .01$) e à identificação com o grupo ($\rho = -.15$, $p < 0.01$). Isto significa que os participantes da Geração Y tenderão a reportar

valores mais baixos de normas descritivas e injuntivas percebidas, bem como níveis inferiores de identificação com o grupo comparativamente aos participantes da Geração Z.

3.1.7. Envolvimento político

O envolvimento político está positivamente e significativamente associado à participação ($\rho = .29, p < .01$), liderança ($\rho = .15, p < .01$), normas descritivas ($\rho = .21, p < .01$) e injuntivas ($\rho = .15, p < .05$). Isto significa que a um maior envolvimento político auto-relatado correspondem níveis mais elevados de participação e liderança, bem como de percepção de prevalência e aprovação deste tipo de ações pró-ambientais.

3.1.8. Ideologia política

O posicionamento político ($M = 1.77, DP = .78$) dos participantes deste estudo é tendencialmente mais à esquerda do que à direita. Esta variável está negativamente associada aos níveis de participação ($\rho = -.17, p < .05$) e liderança ($\rho = .16, p < .05$) e às normas injuntivas percebidas ($\rho = .17, p < .01$). Este resultado sugere que a ideologia política mais à direita está associada a níveis mais baixos de participação e liderança e a uma menor percepção da aprovação destas ações pelos membros de um grupo.

Tabela 1 - Medidas descritivas e correlação entre as variáveis

Variável	Média	DP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1.Sexo			--											
2. Idade	23.32	4.91	.09	--										
3.Escolaridade	4.74	.78	-.17*	.56**	--									
4.Participação	1.99	.63	-.06	-.19*	-.09	--								
5.Liderança	1.13	.35	.04	-.16*	-.07	.39**	--							
6.Normas descritivas	2.35	.80	-.07	-.17*	.01	.57**	.32**	--						
7.Normas injuntivas	3.48	.99	-.19**	-.24**	-.02	.47**	.15*	.48**	--					
8.Identificação com o grupo	3.62	.67	-.08	-.14	.03	.19**	.07	.26**	.28**	--				
9. Importância da identificação com o grupo	3.50	.90	-.14	-.13	.01	-.03	-.01	.01	.09	.43**	--			
9. Geração	1.21	.41	.15*	.72**	.31**	-.18*	-.06	-.16*	-.27**	-.23*	-.15	--		
10.Envolvimento político	2.61	.62	.08	-.05	.00	.29**	.15*	.21**	.15*	-.07	-.03	-.02	--	
11.Ideologia política	1.77	.78	.07	.03	-.07	-.17*	-.16*	-.22	-.17*	-.03	.03	.06	-.07	--

*.Correlation is significant at 0.05 level (2 tailed).

**.Correlation is significant at 0.01 (2-tailed).

3.2. Testes aos modelos de investigação

3.2.1. Efeito das normas descritivas nas ações de participação

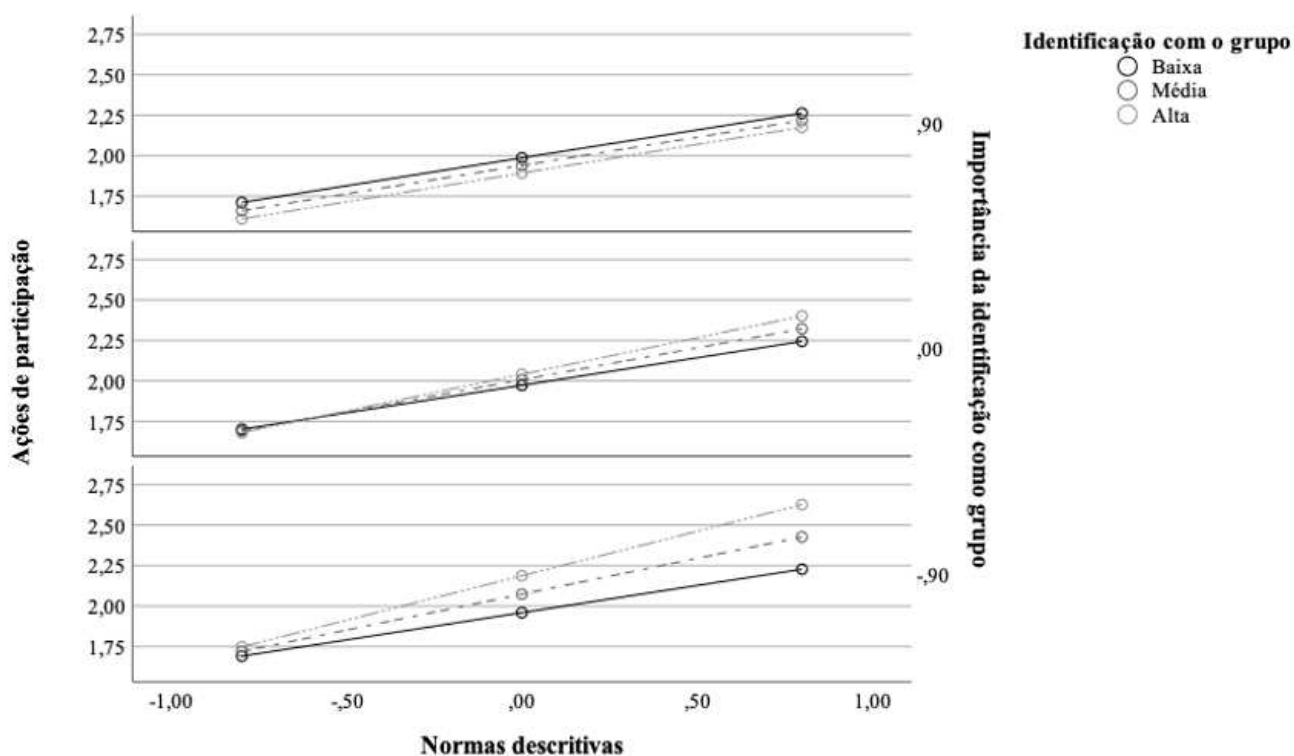
A primeira hipótese propõe que as normas descritivas percebidas estão positivamente associadas à adoção de ações de participação. Uma vez que as normas são moderadas pela geração e identificação com o grupo vamos apresentar o efeito direto das normas nas ações para estes dois modelos. Os resultados demonstram que este efeito é positivo e significativo ($B_{\text{mod_geração}} = 0.53$, $t = 3.11$, $p < .01$; $B_{\text{mod_identificação}} = 0.40$, $t = 6.79$, $p < .001$). Deste modo, quanto mais elevadas forem as normas descritivas dos participantes, mais serão relatadas ações de participação destes. A hipótese 1 é assim corroborada (Tabela 2 e 3).

A hipótese 1a) propõe que o grupo etário modera a relação entre as normas descritivas e as ações de participação, prevendo que esta relação será mais forte no grupo etário mais jovem. Não se verificou este efeito de moderação ($B = -0.13$, $t = -0.92$, $p = .36$), sendo o efeito das normas descritivas percebidas semelhante para os dois grupos etários. Verifica-se ainda que as normas injuntivas, como covariadas, apresentam um valor significativo e positivo ($B = 0.10$, $t = 2.09$, $p < .05$). A hipótese 1a) não é, deste modo, confirmada. Este modelo explica 33% da variação das ações de participação ($F(4,177) = 22.09$, $p < 0.001$) (Tabela 2).

A hipótese 1b) propõe que a relação entre as normas descritivas e as ações de participação é moderada pela identificação com o grupo e a hipótese 1c) propõe que esta moderação é moderada pela identificação com o grupo. Ambas as hipóteses foram testadas através do uso do modelo 3 da PROCESS. Os resultados sugerem que a interação entre as normas descritivas e a identificação com o grupo não é significativo ($B = 0.08$, $t = 1.13$, $p = .254$). Deste modo, a hipótese 1b) não foi confirmada. O efeito moderador da importância na moderação descrita na hipótese 1c) é tangencialmente significativo ($B = -0.09$, $t = -1.74$, $p = 0.08$). Assim sendo, a hipótese 1c) é parcialmente suportada. A Figura 2 demonstra que quando a importância é baixa e a identificação com o grupo elevada, a relação entre as normas descritivas e a participação é mais forte. Constata-se ainda que a interação entre as normas descritivas e a importância da identificação é significativa ($B = -0.14$, $t = -2.23$, $p < 0.05$), sendo que o efeito da identificação com o grupo é significativo para baixo níveis de importância de identificação com o grupo. Verificou-se, adicionalmente, que não há um efeito significativo da identificação do grupo ($B = 0.05$, $t = 0.76$, $p = 0.45$) nem da importância na ações de participação ($B = -0.07$, $t = -1.54$, $p = 0.12$). As normas injuntivas, como covariadas, por outro lado, tem um efeito significativo no

modelo ($B = 0.10$, $t = 2.25$, $p < 0.05$). Este modelo explica 38% da variância da participação ($F(8,173) = 13.26$, $p < 0.01$) (Tabela 3).

Figura 2 - Moderação Moderada da importância da identificação com o grupo na moderação da identificação com o grupo na relação entre as normas descritivas e as ações de participação



3.2.2. Efeito das normas injuntivas nas ações de participação

A segunda hipótese sugere que as normas injuntivas estão positivamente associadas à adoção de ações de participação. Os resultados demonstram que este efeito não é significativo quando a geração é a moderadora ($B_{\text{mod_geração}} = 0.09$, $t = 0.69$, $p = 0.49$), nem quando a identificação é moderadora ($B_{\text{mod_identificação}} = 0.08$, $t = 1.96$, $p = 0.05$), apesar de neste último caso ser marginalmente significativo. Deste modo, não se corrobora a segunda hipótese (Tabela 2 e 3).

Relativamente à hipótese 2a), que propõe que a geração modera a relação entre as normas injuntivas e as ações de participação, esta não é confirmada ($B = 0.00$, $t = 0.02$, $p = 0.98$). Desta forma, o efeito das normas injuntivas é semelhante para os dois grupos etários. Verifica-se ainda que as normas descritivas, como covariadas, apresentam um valor significativo e positivo ($B = 0.38$, $t = 6.82$, $p < 0.001$). A hipótese 2a) não é confirmada. Este modelo explica 33% da variação das ações de participação ($F(4,177) = 21.77$, $p < 0.001$) (Tabela 2).

Relativamente à hipótese 2b) que sugere que a identificação com o grupo modera a relação entre as normas injuntivas e as ações de participação, esta não é confirmada ($B = 0.00$, $t = -0.11$, $p = 0.91$). Deste modo, o efeito das normas injuntivas percebidas é similar independentemente do nível de identificação com o grupo. A hipótese 2c), que sugere que a importância da identificação com o grupo modera a moderação descrita na hipótese 2b), também não é confirmada ($B = -0.03$, $t = -0.56$, $p = 0.58$). A interação entre a identificação com o grupo e a importância desta identificação é significativa ($B = -0.14$, $t = -2.14$, $p < 0.05$). Constata-se ainda que o efeito direto da identificação com o grupo nas ações de participação não é significativo ($B = 0.07$, $t = 1.07$, $p = 0.06$), no entanto constata-se que o da importância da identificação com o grupo o é ($B = -0.11$, $t = -2.31$, $p < 0.05$). As normas descritivas, como covariadas, apresentam um valor significativo e positivo ($B = 0.38$, $t = 6.65$, $p < 0.001$). Conclui-se que as hipóteses 2b) e 2c) são rejeitadas. Este modelo explica 37% da variação das ações de participação ($F(8,173) = 12.52$, $p < 0.001$) (Tabela 3)

3.2.3. Efeito das normas descritivas nas ações de liderança

No teste dos modelos de liderança, foi incluída como covariada a participação em ações ambientais, à semelhança do procedimento adotado por Gulliver et al. (2022).

A terceira hipótese propõe que as normas descritivas estão positivamente associadas a adoção de ações de liderança. Os resultados demonstram que este efeito não é significativo ($B_{\text{mod_geração}} = 0.02$, $t = 0.38$, $p = 0.70$; $B_{\text{mod_identificação}} = 0.03$, $t = 1.61$, $p = 0.11$). Podemos concluir que os níveis de ações liderança não estão relacionados com as normas descritivas e que a hipótese 3 não é apoiada empiricamente (Tabela 2 e 3)

Relativamente à H3a) que sugere que a relação entre as normas descritivas e as ações de liderança é moderada pela geração, constatamos que tal não acontece ($B = 0.01$, $t = 0.23$, $p = 0.82$). Quer isto dizer que o efeito das normas descritivas percebidas é semelhante para as duas gerações. Verifica-se ainda que as normas injuntivas não são significativas neste modelo ($B = 0.00$, $t = -0.29$, $p = 0.77$), no entanto a participação revela-se significativa ($B = 0.09$, $t = 3.03$, $p < 0.01$). Conclui-se que a hipótese 3a) não é confirmada. Este modelo explica 15% da variação das ações de liderança ($F(5,171) = 5.97$, $p < 0.001$) (Tabela 2).

Relativamente à hipótese 3b) verifica-se também que a relação entre as normas descritivas e as ações de liderança não são moderadas pela identificação com o grupo ($B = 0.02$, $t = 0.85$, $p = 0.40$). Relativamente à hipótese 3c) que propõe que a importância da identificação com o grupo modera esta moderação, esta não é confirmada ($B = -0.00$, $t = -0.19$, $p = 0.85$). Verifica-

se que o efeito direto das normas descritivas nas ações de liderança não é significativo ($B = 0.04, t = 1.63, p = 0.11$) e o efeito de identificação também não o é ($B = -0.01, t = -0.55, p = 0.58$). Os resultados demonstram ainda que as covariadas normas injuntivas não são significativas ($B = 0.00, t = 0.06, p = 0.95$), contudo a participação é significativa ($B = 0.09, t = 2.93, p < 0.01$). As hipóteses 3b) e 3c) são assim, rejeitadas (Tabela 3).

3.2.4. Efeito das normas injuntivas nas ações de liderança

A quarta hipótese sugere que as normas injuntivas estão positivamente associadas à adoção de ações de liderança. Os resultados demonstram que este efeito não é significativo quando a geração é a moderadora ($B_{\text{mod_geração}} = -0.02, t = -0.57, p = 0.57$) nem quando a identificação é moderadora ($B_{\text{mod_identificação}} = 0.00, t = -0.08, p = 0.95$). Assim sendo, a hipótese 4 não é confirmada (Tabela 2 e 3)

A hipótese 4a) sugere que a relação entre as normas injuntivas e as ações de liderança é moderada pela geração. No entanto, esta hipótese não é confirmada ($B = 0.02, t = 0.50, p = 0.62$). Desta forma, o efeito das normas injuntivas percebidas é semelhante para as duas gerações. Os resultados indicam que o efeito das normas descritivas é tendencialmente significativo ($B = 0.03, t = 1.69, p = 0.09$) e que a participação tem um efeito significativo sobre o reporte das ações de liderança ($B = 0.09, t = 3.03, p < 0.01$). O modelo apresentado explica 15% da variância das ações de liderança ($F(5,171) = 6.01, p < 0.001$) (Tabela 2).

A hipótese 4b) prevê que a identificação com o grupo modera a relação entre as normas injuntivas e as ações de liderança. Contudo, este efeito não é significativo ($B = -0.03, t = -0.56, p = 0.58$). A hipótese 4 c) prevê que a importância da identificação com o grupo modere esta relação descrita na hipótese 4b), contudo a mesma não se verifica ($B = -0.00, t = -0.11, p = 0.91$). Os resultados sugerem que a participação é significativa neste modelo ($B = 0.09, t = 3.09, p < 0.01$) e que as normas descritivas são tendencialmente significativas ($B = 0.04, t = 1.71, p = 0.09$). A hipótese 4b) e c) são, desta forma, rejeitadas. O modelo explica 15% da variância das ações de liderança ($F(5,171) = 5.87, p < 0.001$) (Tabela 3).

Tabela 2 - Regressão das ações pró-ambientais nas normas sociais e na moderadora geração

Variáveis independentes	Participação		Liderança	
	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>B</i>	<i>SE</i>
Constante	1.71***	0.22	0.98***	0.09
Normas descritivas	0.53**	0.17	0.02	0.06
Geração	-0.05	0.10	-0.03	0.03
Efeito de interação [<i>Ndescr</i> * <i>Geração</i>]	-0.13	0.14	0.01	0.05
Normas injuntivas	0.10*	0.05	-0.00	0.02
Participação			0.09**	0.03
	$R^2=0.33$, $F(4,177)=22.09$, $p < .001$		$R^2=0.15$, $F(5,171)=5.97$, $p < .001$	
Constante	1.12***	0.19	0.88***	0.07
Normas injuntivas	0.09	0.14	-0.02	0.04
Geração	-0.02	0.11	-0.02	0.03
Efeito de interação [<i>Ninj</i> * <i>Geração</i>]	0.00	0.11	0.02	0.03
Normas descritivas	0.38***	0.06	0.03	0.02
Participação			0.09**	0.03
	$R^2=0.33$, $F(4,177)=21.77$, $p < .001$		$R^2=0.15$, $F(5,171)=6.01$, $p < .001$	

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$. sem asterisco – não significativo (n.s.).

Tabela 3 - Regressão das ações pró-ambientais nas normas sociais e na moderadora identificação com o grupo

Variáveis independentes	Participação		Liderança	
	B	SE	B	SE
Constante	1.65***	0.17	0.92***	0.07
Normas descritivas	0.40***	0.06	0.04	0.02
Identificação	0.05	0.07	-0.01	0.02
Efeito de interação [<i>Ndescr*Identificação</i>]	0.08	0.07	0.02	0.03
Importância da identificação com o grupo	-0.07	0.05	0.02	0.02
Efeito de interação [<i>Ndescr*Importância</i>]	-0.05	0.06	-0.02	0.02
Efeito de interação [<i>Identificação*Importância</i>]	-0.14*	0.06	0.01	0.02
Efeito de interação [<i>Ndescr*Identificação*Importância</i>]	-0.09	0.05	-0.00	0.02
Normas injuntivas	0.10*	0.05	0.00	0.02
Participação			0.09**	0.03
	$R^2=0.58$, $F(4,177)=21.94$, $p<.001$		$R^2=0.15$, $F(5,171)=5.83$, $p<.001$	
Constante	1.15***	0.14	0.83***	0.06
Normas injuntivas	0.09	0.05	0.00	0.02
Identificação	0.07	0.07	-0.01	0.02
Efeito de interação [<i>Ninj*Identificação</i>]	- 0.03	0.06	0.01	0.02
Importância da identificação com o grupo	-0.11*	0.05	0.02	0.02
Efeito de interação [<i>Ninj*Importância</i>]	0.06	0.05	-0.03	0.02
Efeito de interação [<i>Identificação*Importância</i>]	-0.14*	0.07	0.01	0.02

Efeito de interação [Ninj*Identificação* Importância]	-0.00	0.04	-0.01	0.01
Normas descritivas	0.37***	0.06	0.03	0.02
Participação			0.10**	0.03
	$R^2=0.58,$ $F(4,177)=22.06,$ $p<.001$		$R^2=0.15,$ $F(5,171)=5.87,$ $p<.001$	

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$. sem asterisco – não significativo (n.s.).

3.2.5. Efeito do envolvimento político nas ações de participação

A quinta hipótese propõe que o envolvimento político está positivamente associado à adoção de ações de participação. Os resultados demonstram que este efeito é positivo e significativo ($B = 0.46$, $t = 4.00$, $p < 0.001$). Deste modo, quanto maior for o envolvimento político dos participantes mais ações de participação estes irão reportar. A hipótese 5 é assim corroborada.

Em relação à hipótese 5a) verifica-se que a relação entre o envolvimento político e as ações de participação não é moderada pela ideologia política ($B_1 = -0.20$, $t_1 = 1.78$, $p_1 = 0.36$; $B_2 = -0.27$, $t_2 = -1.51$, $p_2 = 0.13$). Os resultados apontam que a relação entre a ideologia política e as ações de participação é significativa. A relação sugere que aderir a uma ideologia política à direita está associado a menos comportamentos de participação ($B = -0.27$, $t = -2.29$, $p = 0.02$). A hipótese 5a) não é apoiada empiricamente. Este modelo explica 14% da variação das ações de participação ($F(5,176) = 5.69$, $p < .001$) (Tabela 4).

3.2.6. Efeito do envolvimento político nas ações de liderança

A sexta hipótese propõe que o envolvimento político está positivamente associado à adoção de ações de liderança. Os resultados demonstram que este efeito não é significativo ($B = -0.02$, $t = -0.54$, $p = 0.59$). A hipótese 6 não é confirmada.

Em relação à hipótese 6a) verifica-se que a relação entre o envolvimento político e as ações de liderança não é moderada pela ideologia política ($B_1 = 0.02$, $t_1 = 1.25$, $p_1 = 0.58$; $B_2 = 0.07$, $t_2 = 1.25$, $p_2 = 0.21$). Deste modo, a hipótese 6a) não é confirmada. O modelo exposto explica 14% da variação das ações de liderança ($F(6,170) = 4.67$, $p < 0.001$) (Tabela 4).

Tabela 4 - Regressão das ações pró-ambientais no envolvimento político e na moderadora ideologia política

Variáveis independentes	Participação		Liderança	
	B	SE	B	SE
Constante	2.06***	0.07	0.90***	0.05
Envolvimento político	0.46***	0.11	-0.02	0.04
W1	-0.06	0.11	-0.02	0.03
W2	-0.27*	0.12	-0.02	0.03
Efeito de interação [<i>Envolvimento*W1</i>]	-0.20	0.18	0.03	0.05
Efeito de interação [<i>Envolvimento*W2</i>]	-0.27	0.18	0.07	0.05
Participação			0.11***	0.02
	$R^2=0.14$, $F(5,176)=5.69$, $p<.001$		$R^2=0.14$, $F(6,170)=4.67$, $p<.001$	

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$. sem asterisco – não significativo (n.s.).

W1 = Comparação entre o centro e a esquerda e direita ; W2 = Comparação entre a direita e o centro e a esquerda

Tabela 5 - Confirmação das hipóteses

Hipóteses	Resultado
H1: As normas sociais descritivas estão positivamente associadas à adoção de ações de participação.	Confirmada
H1a: A geração modera a relação entre as normas sociais descritivas e as ações de participação.	Não é confirmada
H1b: A identificação com o grupo modera a relação entre as normas sociais descritivas e as ações de participação.	Não é confirmada
H1c: A importância da identificação com o grupo etário modera a relação entre as normas sociais descritivas e a identificação com o grupo. Esta relação será mais forte quando a importância for maior.	Parcialmente confirmada
H2: As normas sociais injuntivas estão positivamente associadas à adoção de ações de participação.	Não é confirmada
H2a: A geração modera a relação entre as normas sociais injuntivas e as ações de participação.	Não é confirmada
H2b: A identificação com o grupo modera a relação entre as normas sociais injuntivas e as ações de participação.	Não é confirmada
H2c: A importância da identificação com o grupo etário modera a relação entre as normas sociais injuntivas e a identificação com o grupo. Esta relação será mais forte quando a importância for maior.	Não é confirmada
H3: As normas sociais descritivas estão positivamente associadas à adoção de ações de liderança.	Não é confirmada
H3a: A geração modera a relação entre as normas sociais descritivas e as ações de liderança.	Não é confirmada
H3b: A identificação com o grupo modera a relação entre as normas sociais descritivas e as ações de liderança.	Não é confirmada
H3c: A importância da identificação com o grupo etário modera a relação entre as normas sociais descritivas e a identificação com o grupo. Esta relação será mais forte quando a importância for maior.	Não é confirmada
H4: As normas sociais injuntivas estão positivamente associadas à adoção de ações de liderança .	Não é confirmada

H4a: A geração modera a relação entre as normas sociais injuntivas e as ações de liderança. Esta relação será mais forte no grupo etário mais jovem.	Não é confirmada
H4b: A identificação com o grupo modera a relação entre as normas sociais injuntivas e as ações de liderança. Esta relação será mais forte quando a identificação for maior.	Não é confirmada
H4c: A importância da identificação com o grupo etário modera a relação entre as normas sociais injuntivas e a identificação com o grupo. Esta relação será mais forte quando a importância for maior.	Não é confirmada
H5: O envolvimento político está positivamente associado à adoção de ações de participação.	Confirmada
H5a: A ideologia política modera a relação entre o envolvimento político e as ações de participação. Esta relação é mais forte para o posicionamento de esquerda.	Não é confirmada
H6: O envolvimento político está positivamente associado à adoção de ações de liderança.	Não é confirmada
H6a: A ideologia política modera a relação entre o envolvimento político e as ações de liderança. Esta relação é mais forte para o posicionamento de esquerda.	Não é confirmada

Capítulo IV - Discussão

O presente estudo teve por objetivo investigar fatores sociopsicológicos que ajudam a prever a adesão a ações pró-ambientais de participação e liderança, mais especificamente o efeito das normas sociais e o efeito moderador da geração e identificação com o grupo e sua importância nesta relação. Além disto, investigamos o efeito do envolvimento político nas ações pró-ambientais de liderança e participação e o efeito moderador da ideologia política nesta relação.

As pessoas que se envolvem em mais ações de participação reportaram valores de normas descritivas mais elevados, ou seja, consideram que a prevalência de ações pró-ambientais é mais elevada dentro do seu grupo. Isto vai ao encontro da literatura que referencia o papel positivo das normas descritivas para outros comportamentos pró-ambientais (e.g., Lapinski et al., 2017; Nolan et al., 2008). O mesmo não se verificou para as normas injuntivas. Apesar de a correlação entre as normas descritivas e injuntivas ser positiva, e contrariamente ao esperado, não foi encontrado este efeito. Isto revela que, para estas ações, o que os outros fazem é mais importante do que o que os outros dizem, ou seja, do que é aprovado por estes. Kredentser et al. (2012) sugerem que as normas descritivas requerem menos elaboração cognitiva e que quando os recursos cognitivos são limitados olhar para o comportamento dos outros pode ser uma maneira rápida de tomar uma decisão. Podemos, portanto, argumentar que o envolvimento em ações de participação poderá ocorrer de forma automática, em situações que requerem pouca elaboração, e deste modo privilegia-se as normas descritivas na tomada de decisão. Na prática, isto significa que se é pedido a alguma pessoa que assine uma petição é mais provável que essa pessoa realize essa ação se observar que várias pessoas o fazem. No entanto, perceber esta ação como aprovada pelos outros, segundo o que encontramos no nosso estudo, não terá influência, pelo menos de forma direta, sobre a tomada de ações.

Também não foram corroborados os efeitos moderadores da geração esperados, de que nos mais novos (geração Z) a relação entre as normas sociais e as ações pró-ambientais é mais forte do que nos mais velhos (geração Y). Apesar de o efeito da socialização dos mais jovens indicar que este pode ser o grupo mais influenciado pelas normas sociais dos seus pares (Collado et al., 2019), não encontramos o efeito esperado. Os resultados obtidos vão de acordo ao estudo de Gómez-Román et al. (2021), que demonstra que nem sempre são os mais jovens os mais ambientalmente conscientes. Corner et al. (2015) afirma que, apesar dos altos níveis de preocupação dos jovens quanto a questões ambientais, tal como noutras faixas etárias esta é raramente uma preocupação prioritária. Este autor sugere também muitas das visões que

caracterizam a população adulta são refletidas nas visões dos mais jovens e que estes podem não ser assim tão diferentes dos mais velhos.

Não encontramos o efeito moderador proposto da identificação com o grupo de pares na relação entre as normas sociais (injuntivas e descritivas) e as ações de participação. Muitas vezes a identificação com o grupo tem sido concetualizada em dois construtos, contudo só foi encontrado o efeito moderador para a similaridade (Gonzalez et al., 2022), ou seja, como um indivíduo se percebe psicologicamente próximo a outro referente. Portanto, apontamos como uma possível explicação para a inexistência de resultados significativos o uso da identificação como um construto unidimensional. Foi encontrado um efeito tangencialmente significativo do efeito moderador da importância da identificação com o grupo na moderação da identificação na relação entre as normas descritivas e as ações de participação. Verifica-se que para quem o grupo não é muito importante tornar a identidade social saliente vai fazer com que participem mais. Tal como encontrado em Lapinski & Rimal (2005), as relações que as pessoas consideram mais importantes irão afetar os comportamentos destas, neste caso específico, as ações de participação.

Foi confirmado que o envolvimento político é um preditor direto das ações de participação. Isto vai de acordo ao estudo de DeMarco et al. (2017), que verificaram que o envolvimento psicológico político pode ter um papel importante no ativismo digital. Por outro lado, não foi confirmado o efeito moderador da ideologia política, verificando-se que o efeito do envolvimento político é semelhante para quem adere a uma ideologia política de esquerda ou de direita. Hipotetizamos que isto pode ter sido devido aos participantes de direita não terem presentes no questionário pistas situacionais que ativassem a sua afiliação ao seu partido político (Unsworth & Fielding, 2014). Contudo verificou-se que quanto mais o posicionamento político é à direita menos ações de participação são reportadas pelos participantes. Isto vai ao encontro de alguma literatura existente sobre o tema (e.g., Ehret et al., 2018; Lewis et al., 2019).

As nossas hipóteses sobre o efeito das normas sociais e do envolvimento político nas ações de liderança não foram confirmadas. As normas descritivas, ou seja, a prevalência das ações dos outros, e as injuntivas, ou seja, as perceções de aprovação ou desaprovação das ações pelos outros não estão associadas a maior adesão às ações de liderança. Também para estas ações, tanto a geração, quanto a identificação com o grupo não emergiram como moderadores significativos. As ações de liderança também não têm relação com o envolvimento político. Supomos que este efeito não se verifica porque existem pessoas que podem estar muito envolvidas politicamente, mas optam por realizar mais ações de participação, que requerem um

nível mais baixo de envolvimento (Alisat & Riemer, 2015). A ideologia política não moderou esta relação nem teve um efeito direto nas ações de liderança.

Podemos ainda constatar que os níveis de adesão às ações pró-ambientais, em especial às de liderança, é muito baixo, à semelhança do encontrado no estudo de Carmona et al. (2021), e que a baixa variabilidade das respostas também pode contribuir para a dificuldade em encontrar relações significativas com as outras variáveis do modelo.

4.1. Implicações teóricas e práticas

O presente estudo contribui para a literatura existente das ações pró-ambientais e dos moderadores destas, ao investigar que fatores estão associados a estas ações.

Os resultados revelam que dar informações sobre as normas descritivas e que incentivar as pessoas a envolverem-se mais politicamente pode aumentar os níveis de participação, apesar deste último modelo explicar uma pequena parte da variação das ações de participação. O efeito encontrado das normas descritivas demonstra que para intervenções eficazes deve-se focar nas ações de outros referendos importantes, através do encorajamento de amigos a modelar bons exemplos (Wallis & Loy, 2021). O nosso estudo revela também que para quem o grupo não é muito importante, tornar a identidade social saliente vai fazer com que as pessoas participem mais, sendo este um efeito ainda pouco estudado na literatura. É relevante este efeito seja investigado para outros referentes, outros comportamentos pró-ambientais de forma a confirmar a robustez do efeito encontrado.

O envolvimento político, ainda pouco estudado para este tipo de ações, mostrou ter um papel relevante na adesão a ações de participação, pelo que poderá ser uma forma de incrementar a ação cívica. E uma vez que o seu efeito é independente da ideologia política, pode ser também incentivado por partidos políticos de vários quadrantes. Além disto, promover as ações de participação é importante para os partidos de direita, cujos partidários reportam envolverem-se menos neste tipo de ações. Um líder político da ala política de direita que acredite nas mudanças climáticas pode incentivar os apoiantes dessa ideologia política a estarem mais predispostos a aceitar as causas antropogénicas das alterações climáticas (Unsworth & Fielding, 2014).

A nossa investigação também fornece informação a organizações que precisam de recrutar voluntários, mostrando que pode ser mais fácil promover as ações de participação do que as de liderança. No entanto, uma vez que estas são precursoras das ações de liderança (Alisat &

Riemer, 2015), caso os governantes e organizações se foquem em promover as ações de participação, é muito provável que estejam a contribuir para que haja mais ações de liderança.

4.2. Limitações e estudos futuros

O nosso estudo tem algumas limitações que condicionam a interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, temos uma amostra desequilibrada em termos de género (maioritariamente mulheres), escolaridade (maioritariamente estudantes universitários) e para a qual não foi controlado o estatuto socio-económico. Não sabemos se poderão ter ocorrido enviesamentos nas respostas obtidas decorrentes destes fatores e sugerimos que no futuro o estudo seja replicado numa amostra mais abrangente da população.

Também apontamos como limitação a falta de consenso na literatura sobre a divisão entre gerações. Foi utilizada uma divisão que consideramos mais apropriada tendo por base a divisão do *Pew Research Center* (2019). No entanto, a geração mais velha estava menos representada do que a mais nova e isso também pode ter tido influência nos resultados obtidos.

Outra das limitações do nosso estudo foi a baixa variância explicada das ações pró-ambientais pelos modelos testados. Destacamos o modelo do envolvimento político, que explicou apenas 14% da variação deste comportamento. Deste modo, propomos que em estudos futuros sejam investigados outros preditores das ações como, por exemplo, a autoeficácia (Corner et al., 2015) e sentimentos fatalistas em relação às mudanças climáticas (Corner et al., 2015).

Propomos também que seja investigado quais os referentes mais importantes para cada uma das gerações na adesão às ações pró-ambientais. Os referentes das normas sociais também podem ter um papel determinante na adesão aos comportamentos (Ribeiro, 2021). Também podem ser utilizados outros referentes que possam ser importantes para as pessoas como por exemplo, celebridades e grupos ativistas, para estudar se a identificação com estes é significativa para explicar as ações pró-ambientais.

Outra das limitações que apontamos na nossa pesquisa é a divisão da ideologia política em esquerda e direita, no entanto esta é a abordagem mais utilizada na literatura. Em estudos futuros podem ser utilizadas outras abordagens.

4.3. Conclusões

Com este estudo pretendeu-se examinar os fatores que estão associados à adoção de ações pró-ambientais de participação e liderança, e os moderadores associados a estas. Os resultados encontrados destacam a importância de promover as ações de participação junto das gerações Y e Z, uma vez que se conhecem alguns fatores que as podem influenciar. As normas sociais descritivas demonstraram ser importantes na promoção deste tipo de ações. Deve-se, portanto, incentivar os amigos, colegas e pessoas da mesma faixa etária a envolverem-se em ações pró-ambientais e, deste modo, constituírem um exemplo. Também verificámos que para quem o grupo de pares não é muito importante, tornar a identidade social saliente vai fazer com que as pessoas participem mais. Isto é uma descoberta significativa, que não encontramos em nenhum outro estudo. O envolvimento político, apesar de ter um efeito mais fraco, também está associado a mais ações de participação. Destacamos a importância da distinção entre ações de participação e liderança, uma vez que como demonstrado por este estudo, têm preditores diferentes. Ainda assim, mostrou-se que ao participar, será mais provável que estas gerações um dia venham a liderar ações de ativismo em prol do ambiente.

Referências

- Abrahamse, W., Steg, L., Gifford, R., & Vlek, C. (2009). Factors influencing car use for commuting and the intention to reduce it: A question of self-interest or morality? *Transportation Research Part F: Traffic Psychology and Behaviour*, 12(4), 317–324. <https://doi.org/10.1016/j.trf.2009.04.004>
- Alisat, S., & Riemer, M. (2015). The Environmental Action Scale: Development and psychometric evaluation. *Journal of Environmental Psychology*, 43, 13–23. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.05.006>
- Ball, K., Jeffery, R. W., Abbott, G., McNaughton, S. A., & Crawford, D. (2010). Is healthy behavior contagious: Associations of social norms with physical activity and healthy eating. *The International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 7(86), 1–9. <https://doi.org/10.1186/1479-5868-7-86>
- Ballew, M., Marlon, J., Kotcher, J., Maibach, E., Rosenthal, S., Bergquist, P., Gustafson, A., Goldberg, M., & Leiserowitz, A. (2020, April 28). *Young adults, across party lines, are more willing to take climate action*. Yale Program on Climate Change Communication. <https://climatecommunication.yale.edu/publications/young-adults-climate-activism/>
- Bamberg, S., Hunecke, M., & Blöbaum, A. (2007). Social context, personal norms and the use of public transportation: Two field studies. *Journal of Environmental Psychology*, 27(3), 190–203. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2007.04.001>
- Bamberg, S., Rees, J., & Seebauer, S. (2015). Collective climate action: Determinants of participation intention in community-based pro-environmental initiatives. *Journal of Environmental Psychology*, 43, 155–165. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.06.006>
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall
- Barrett, M., & Brunton-Smith, I. (2014). Political and civic engagement and participation: Towards an integrative perspective. *Journal of civil society*, 10(1), 5–28. <https://doi.org/10.1080/17448689.2013.871911>
- Bicchieri, C., Xiao, E. (2009). Do the right thing: but only if others do so. *Journal of Behavioral Decision Making*, 22, 191–208, <https://doi.org/10.1002/bdm.621>
- Blader, S. L., & Tyler, T. R. (2009). Testing and extending the group engagement model: linkages between social identity, procedural justice, economic outcomes, and extrarole behavior. *Journal of Applied Psychology*, 94(2), 445–464. <https://doi.org/10.1037/a0013935>

- Carmona, B., Loureiro, A., & Aguilar-Luzón, M. C. (2021). Environmental Action Scale: Psychometric properties of the Portuguese version (Escala de Acciones Ambientales: Propiedades psicométricas de la versión portuguesa). *Psychecology*, 12(1), 24-44. <https://doi.org/10.1080/21711976.2020.1851877>
- Carter, N. (2013). Greening the mainstream: party politics and the environment. *Environmental Politics*, 22(1), 73-94. <https://doi.org/10.1080/09644016.2013.755391>
- Carvalho, A., van Wessel, M., & Maesele, P. (2017). Communication practices and political engagement with climate change: a research agenda. *Environmental Communication*, 11(1), 122–135. <https://doi.org/10.1080/17524032.2016.1241815>
- Casaló, L. V., & Escario, J. J. (2016). Intergenerational association of environmental concern: Evidence of parents' and children's concern. *Journal of Environmental Psychology*, 48, 65-74. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.09.001>
- Christensen, P. N., Rothgerber, H., Wood, W., & Matz, D. C. (2004). Social norms and identity relevance: A motivational approach to normative behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30(10), 1295–1309. <https://doi.org/10.1177/0146167204264480>
- Cialdini, R. B., & Jacobson, R. P. (2021). Influences of social norms on climate change-related behaviors. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, 42, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2021.01.005>
- Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: Recycling the concept of norms to reduce littering in public places. *Journal of personality and social psychology*, 58(6), 1015-1026. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.6.1015>
- Cialdini, R.B. (2007). Descriptive social norms as underappreciated sources of social control. *Psychometrika*, 72(2), 263–268. <https://doi.org/10.1007/s11336-006-1560-6>
- Collado, S., Staats, H., & Sancho, P. (2019). Normative influences on adolescents' self-reported pro-environmental behaviors: The role of parents and friends. *Environment and Behavior*, 51(3), 288-314. <https://doi.org/10.1177/0013916517744591>
- Corner, A., Roberts, O., Chiari, S., Völler, S., Mayrhuber, E. S., Mandl, S., & Monson, K. (2015). How do young people engage with climate change? The role of knowledge, values, message framing, and trusted communicators. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 6, 523-534. <https://doi.org/10.1002/wcc.353>

- Currie, S., & Choma, B. (2018). Sociopolitical ideology and the morality of green behaviour. *Environmental Politics*, 27(2), 247-266.
<https://doi.org/10.1080/09644016.2017.1413727>
- De Groot, J. I. M., & Steg, L. (2007). Value orientations and environmental beliefs in five countries : Validity of an Instrument to Measure Egoistic, Altruistic and Biospheric Value Orientations. *Journal of CrossCultural Psychology*, 38 (3), 318–332.
<https://doi.org/10.1177/0022022107300278>
- De Marco, S., Robles, J. M., & Antino, M. (2017). Reasons to participate: The role of political attitudes in digital activism. *International Review of Social Psychology*, 30(1), 131-140. <https://doi.org/10.5334/irsp.31>
- Dietzel, A. & Maynard, D. (2015, 30 March – 1 April). *Climate Change: A Chance for Political Re-Engagement?* [Conference session]. PSA Annual International Conference, Sheffield, UK. <https://eprints.whiterose.ac.uk/86453/1/PSA-Paper.pdf>
- Dimock, M. (2019, January 17). *Defining generations: Where Millennials end and Generation Z begins*. Pew Research Center. <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/01/17/where-millennials-end-and-generation-z-begins/>
- Dono, J., Webb, J., & Richardson, B. (2010). The relationship between environmental activism, pro-environmental behaviour and social identity. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 178–186. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.11.006>
- Ehret, P. J., Van Boven, L., & Sherman, D. K. (2018). Partisan barriers to bipartisanship: Understanding climate policy polarization. *Social Psychological and Personality Science*, 9(3), 308-318. <https://doi.org/10.1177/1948550618758709>
- Farrow, K., Grolleau, G., & Ibanez, L. (2017). Social norms and pro-environmental behavior: A review of the evidence. *Ecological Economics*, 140, 1-13.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.04.017>
- Fielding, K. S., Terry, D. J., Masser, B. M., & Hogg, M. A. (2008). Integrating social identity theory and the theory of planned behaviour to explain decisions to engage in sustainable agricultural practices. *The British Psychological Society*, 47, 23–48.
<https://doi.org/10.1348/014466607X206792>
- Francis, J. E. (2011). The functions and norms that drive university student volunteering. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 16, 1-12. <https://doi.org/10.1002/nvsm.390>

- García-Valiñas, M. A., Macintyre, A., & Torgler, B. (2012). Volunteering, pro-environmental attitudes and norms. *The Journal of Socio-Economics*, 41(4), 455-467.
<https://doi.org/10.1016/j.socec.2011.07.001>
- Göckeritz, S., Schultz, P. W., Rendón, T., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2010). Descriptive normative beliefs and conservation behavior: The moderating roles of personal involvement and injunctive normative beliefs. *European journal of social psychology*, 40(3), 514-523. <https://doi.org/10.1002/ejsp.643>
- Gómez-Román, C., Lima, M.L., Seoane, G., Alzate, M., Dono, M., Sabucedo, J.-M. Testing Common Knowledge: Are Northern Europeans and Millennials More Concerned about the Environment?. *Sustainability*, 13, 45. <https://doi.org/10.3390/su13010045>
- Gonzalez, A. M., Reynolds-Tylus, T., & Skurka, C. (2022). Young Adults' Willingness to Engage in Climate Change Activism: An Application of the Theory of Normative Social Behavior. *Environmental Communication*, 16(3), 388-407.
<https://doi.org/10.1080/17524032.2021.2011368>
- Gulliver, R. E., Fielding, K. S., & Louis, W. R. (2022). An Investigation of Factors Influencing Environmental Volunteering Leadership and Participation Behaviors. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. 1-24.
<https://doi.org/10.1177/08997640221093799>
- Hanks, K., Odom, W., Roedl, D., & Blevis, E. (2008, April 5–10). *Sustainable millennials: Attitudes towards sustainability and the material effects of interactive technologies*. [Conference session]. Conference on Human Factors in Computing Systems, Indiana University at Bloomington. <https://doi.org/10.1145/1357054.1357111>
- Haslam, S. A., Jetten, J., Postmes, T., & Haslam, C. (2009). Social identity, health and well-being: An emerging agenda for applied psychology. *Applied Psychology: An International Review*, 58(1), 1–23. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2008.00379.x>
- Intergovernmental Panel Climate Change (IPCC). (2022, 28 February). Headline Statements from the summary for Policymakers. [Paper presentation]. Six Assessment Report. s.d <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/resources/spm-headline-statements/>
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339–375. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.339>
- Kim, H., Chang, H., Lee, J.-W., & Huh, C. (2011). Exploring Gender Differences on Generation Y's Attitudes towards Green Practices in a Hotel Hyojin. *Graduate Student Research Conference in Hospitality and Tourism*.

https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1122&context=gradconf_hospitality

- Kredentser, M. S., Fabrigar, L. R., Smith, S. M., & Fulton, K. (2012). Following what people think we should do versus what people actually do: Elaboration as a moderator of the impact of descriptive and injunctive norms. *Social Psychological and Personality Science*, 3(3), 341-347. <https://doi.org/10.1177/1948550611420481>
- Lapinski, M. K., & Rimal, R. N. (2005). An explication of social norms. *Communication theory*, 15(2), 127-147. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2005.tb00329.x>
- Lapinski, M. K., Zhuang, J., Koh, H., & Shi, J. (2017). Descriptive norms and involvement in health and environmental behaviors. *Communication Research*, 44(3), 367-387. <https://doi.org/10.1177/0093650215605153>
- Latkin, C., Dayton, L., Scherkoske, M., Countess, K., & Thrul, J. (2022). What predicts climate change activism?: An examination of how depressive symptoms, climate change distress, and social norms are associated with climate change activism. *The Journal of Climate Change and Health*, 100146. <https://doi.org/10.1016/j.joclim.2022.100146>
- Leiserowitz, A., Maibach, E., Roser-Renouf, C., Feinberg, G., & Howe, P. (August 31, September 2012). *Americans' actions to limit global warming in September 2012*. [Conference session]. Yale Project on Climate Change Communication, New Haven. <https://resources.environment.yale.edu/climate-communication-OFF/files/Behavior-September-2012.pdf>
- Lewis, G. B., Palm, R., & Feng, B. (2019). Cross-national variation in determinants of climate change concern. *Environmental Politics*, 28(5), 793-821. <https://doi.org/10.1080/09644016.2018.1512261>
- Lomba, V. L. (2019). *Comportamentos pró-ambientais no trabalho: O efeito interactivo de barreiras normativas e atitudinais* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/20483>
- Markowitz, E. M., & Shariff, A. F. (2012). Climate change and moral judgement. *Nature climate change*, 2(4), 243-247. <http://dx.doi.org/10.1038/NCLIMATE1378>
- Masson, T., & Fritsche, I. (2014). Adherence to climate change-related ingroup norms: Do dimensions of group identification matter? *European Journal of Social Psychology*, 44, 455-465. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2036>

- McDonald, R. I., & Crandall, C. S. (2015). Social norms and social influence. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, 3, 147-151.
<https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2015.04.006>
- Memorando sobre emissões GEE. (2022, 31 Agosto). *Inventário Nacional de Emissões 2022*. [Paper presentation]. Agência Portuguesa do Ambiente, Portugal.
https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/20210315memo_emiss%C3%B5es_2020_28%20Abril.pdf
- Mouro, C., Lomba, V., & Duarte, A. P. (2021). Pro-Environmental Behaviours at Work: The Interactive Role of Norms and Attitudinal Ambivalence. *Sustainability*, 13(21), 12003.
<https://doi.org/10.3390/su132112003>
- Moyano-Díaz, E., Palomo-Vélez, G., & Vergara-Bravo, J. (2019). Political ideology, economic liberalism and pro-environmental behaviour/Ideología política, liberalismo económico y conducta pro-ambiental. *Psychology*, 10(1), 127-150.
<https://doi.org/10.1080/21711976.2018.1546422>
- Nolan, J. M., Schultz, P. W., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2008). Normative social influence is underdetected. *Personality and social psychology bulletin*, 34(7), 913-923. <https://doi.org/10.1177/0146167208316691>
- Ockwell, D., Whitmarsh, L., & O'Neill, S. (2009). Reorienting climate change communication for effective mitigation: forcing people to be green or fostering grass-roots engagement?. *Science Communication*, 30(3), 305-327.
<https://doi.org/10.1177/1075547008328969>
- Painel Intergovernamental sobre mudança do clima (IPCC) (2021). *Mudança do Clima 2021. A Base Científica* [Paper presentation]. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf
- Parzonko, A. J., Balińska, A., & Sieczko, A. (2021). Pro-environmental behaviors of generation z in the context of the concept of Homo Socio-Oeconomicus. *Energies*, 14(6), 1597. <https://doi.org/10.3390/en14061597>
- Perkins, W. (2002). Social norms and the prevention of alcohol misuse in collegiate contexts. *Journal of Studies on Alcohol*, 14, 164-172.
<https://doi.org/10.15288/jsas.2002.s14.164>
- Rajiv N. Rimal (2008) Modeling the Relationship Between Descriptive Norms and Behaviors: A Test and Extension of the Theory of Normative Social Behavior (TNSB). *Health Communication*, 23(2), 103-116. <https://doi.org/10.1080/10410230801967791>

- Ribeiro, T. de L. V. de S. (2021). *Others are changing, will you?: Dynamic norms, collective pride and pro-environmental behaviour* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/23707>
- Rimal, R. N., & Lapinski, M. K. (2015). A re-explication of social norms, ten years later. *Communication Theory*, 25(4), 393-409. <https://doi.org/10.1111/comt.12080>
- Rimal, R. N., & Real, K. (2005). How behaviors are influenced by perceived norms: A test of the theory of normative social behavior. *Communication Research*, 32, 389–414. <https://doi.org/10.1177/0093650205275385>
- Schmitt, M. T., Mackay, C. M., Droogendyk, L. M., & Payne, D. (2019). What predicts environmental activism? The roles of identification with nature and politicized environmental identity. *Journal of Environmental Psychology*, 61, 20–29. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2018.11.003>
- Schober, P., Boer, C., & Schwarte, L. A. (2018). Correlation coefficients: appropriate use and interpretation. *Anesthesia & Analgesia*, 126(5), 1763-1768. <https://doi.org/10.1213/ANE.0000000000002864>
- Schultz, P. W., Nolan, J. M., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2007). The constructive, destructive, and reconstructive power of social norms. *Psychological science*, 18(5), 429-434. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2007.01917.x>
- Smith, E. M., González, R., & Frigolett, C. (2021). Understanding Change in Social-Movement Participation: The Roles of Social Norms and Group Efficacy. *Political Psychology*, 42(6), 1037-1051. <https://doi.org/10.1111/pops.12733>
- Stern, P. (2000). Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. *Journal of Social Issues*, 56, 407-424. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/0022-4537.00175>
- Strenze, T. (2021). Value change in the Western world: the rise of materialism, post-materialism or both? *International Review of Sociology*, 31(3), 536–553. <https://doi.org/10.1080/03906701.2021.1996761>
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (2004). The Social Identity Theory of Intergroup Behavior. In J. T. Jost & J. Sidanius (Eds.), *Political psychology: Key readings* (pp. 276–293). Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203505984-16>
- Thaller, A., Fleiß, E., & Brudermann, T. (2020). No glory without sacrifice—drivers of climate (in) action in the general population. *Environmental Science & Policy*, 114, 7-13. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2020.07.014>
- Tobler, C., Visschers, V. H., & Siegrist, M. (2012). Addressing climate change: Determinants of consumers' willingness to act and to support policy measures. *Journal of*

- Environmental Psychology*, 32(3), 197-207.
<https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2012.02.001>
- Unsworth, K. L., & Fielding, K. S. (2014). It's political: How the salience of one's political identity changes climate change beliefs and policy support. *Global Environmental Change*, 27, 131-137. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.05.002>
- Van Goethem, A. A., Van Hoof, A., van Aken, M. A., de Castro, B. O., & Raaijmakers, Q. A. (2014). Socialising adolescent volunteering: How important are parents and friends? Age dependent effects of parents and friends on adolescents' volunteering behaviours. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 35(2), 94-101.
<https://doi.org/10.1016/j.appdev.2013.12.003>
- Van Knippenberg, D. (2000). Work motivation and performance: A social identity perspective. *Applied Psychology*, 49, 357–371. <https://doi.org/10.1111/1464-0597.00020>
- Wallis, H., & Loy, L. S. (2021). What drives pro-environmental activism of young people? A survey study on the Fridays For Future movement. *Journal of Environmental Psychology*, 74, 101581. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2021.101581>
- Whitmarsh, L., & O'Neill, S. (2010). Green identity, green living? The role of pro-environmental self-identity in determining consistency across diverse pro-environmental behaviours. *Journal of Environmental Psychology*, 30(3), 305–314.
<https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2010.01.003>
- Witzke, H. P., & Urfei, G. (2001). Willingness to pay for environmental protection in Germany: coping with the regional dimension. *Regional Studies*, 35(3), 207-214.
<http://dx.doi.org/10.1080/00343400120039614>

Anexos

Anexo A

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**. O estudo tem por objetivo perceber melhor o envolvimento das pessoas em temas relevantes para a sociedade.

O estudo é realizado pela Débora Neves (dlmns@iscte-iul.pt), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em responder a 7 perguntas e terá a duração de aproximadamente 5 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

A participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima** e **confidencial**. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Ao avançar, **declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceito** nele participar.

Responda por favor às seguintes questões sociodemográficas abaixo.

Sexo: Feminino ☐ Masculino ☐ Prefiro não responder ☐

Idade: _____

Habilitações literárias: 1.º ciclo ☐ 2.º ciclo ☐ 3.º ciclo ☐ Secundário ☐

Licenciatura ☐ Mestrado ☐ Doutoramento ☐

1 – Escala de Ação Ambiental (Carmona et al., 2021)

Entre os vários temas que afetam a nossa sociedade, tem-se falado muito sobre as questões ambientais.

Gostaríamos de saber, com que frequência se envolveu nas seguintes atividades e ações ambientais nos últimos seis meses?

	Nunca		Algumas vezes		Frequente mente
1. Informei-me sobre questões ambientais (por exemplo, através dos media, televisão, internet, blogs, etc.					
2. Participei num evento educacional (por exemplo, workshop) relacionado com o ambiente					
3. Organizei um evento educacional (por exemplo, workshop) relacionado com questões ambientais					
4. Conversei com outras pessoas sobre questões ambientais (por exemplo, cônjuge, parceiro, pai(s), filhos ou amigos).					
5. Usei ferramentas on-line (por exemplo, YouTube, Facebook, Wikipedia, MySpace ou blogs) para consciencializar sobre questões ambientais.					

6. Utilizei métodos tradicionais (por exemplo, cartas ao editor, artigos) para consciencializar sobre questões ambientais.					
7. Escrevi pessoalmente ou telefonei a um político/funcionário do governo sobre uma questão ambiental (por exemplo, para pedir informação, denunciar uma situação, etc).					
8. Envolvi-me com um grupo ambientalista ou um partido político (por exemplo, como voluntário, trabalho de verão, etc.).					
9. Apoiei financeiramente uma causa ambiental.					
10. Participei num protesto ou manifestação sobre uma questão ambiental					
11. Organizei um protesto ou manifestação ambiental					
12. Organizei um boicote contra uma empresa envolvida em práticas prejudiciais ao ambiente.					
13. Organizei uma petição (incluindo petições on-line) por uma causa ambiental.					
14. Organizei o meu tempo para poder trabalhar em questões ambientais					

(por exemplo, trabalhando em part-time para ter tempo para as atividades ambientais, trabalhando num trabalho ambiental, ou escolhendo atividades ambientais em detrimento de outras atividades de lazer).					
15. Participei num evento comunitário focado na consciência ambiental (por exemplo, limpeza de praias, bosques, etc.).					
16. Organizei um evento comunitário focado na consciência ambiental					
17. Participei em actividades de conservação da natureza (por exemplo, plantação de árvores, restauração de cursos de água).					
18. Dediquei tempo a trabalhar com um grupo/organização que lida com a relação do ambiente com outras questões sociais, como justiça ou pobreza.					

2 – Normas descritivas (Wallis & Loy,2021)

Pensando agora nos grupos de pessoas que conhece, indique quanto considera que estão envolvidos em questões ambientais.

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequente mente	Muito Frequente mente
Com que frequência os seus amigos participam em ações pró-ambientais (p.eg. participação em protestos, assinar petição)?					
Com que frequência os seus colegas participam em ações pró-ambientais (p.eg. participação em protestos, assinar petição)?					
Quanto é que as pessoas da sua faixa etária participam em acções sobre questões ambientais (eg. Participação em protestos, assinar petições)?					

3 – Normas injuntivas (Göckeritz et al., 2010)

Pensando nos mesmos grupos, indique agora quanto considera que aprovam o envolvimento em questões ambientais.

	Nada	Um pouco	Moderadamente	Bastante	Extremamente
Quanto é que acha que os seus amigos aprovam a participação em ações pró-ambientais (p.eg. participação em protestos, assinar petição)?					
Quanto é que acha que os seus colegas aprovam a participação em ações pró-ambientais (p.eg. participação em protestos, assinar petição)?					
Quanto é que as pessoas da					

sua faixa etária aprovam a participação ativa sobre questões ambientais (eg. Participação em protestos, assinar petições)?					
--	--	--	--	--	--

4 – Identificação com o grupo (Bamberg et al., 2015)

Qual o seu grau de ligação com esses grupos?

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Muito Frequentemente
Eu identifico-me os meus amigos e colegas.					
Sinto uma forte ligação com os meus amigos e colegas.					
Sinto-me orgulhoso/a de fazer parte do grupo dos					

meus colegas e amigos.					
Eu identifico-me com as pessoas da minha faixa etária.					
Sinto uma forte ligação com as pessoas da minha faixa etária.					
Sinto-me orgulhoso de fazer parte do grupo de pessoas da minha faixa etária.					

	Nada	Um pouco	Moderadamente	Bastante	Extremamente
Quão importante é para si identificar-se com os amigos e colegas?					
Quão importante é para si					

identificar-se com as pessoas da sua faixa etária?					
--	--	--	--	--	--

5 – Envolvimento político (De Marco et al., 2017)

Agora vamos pedir-lhe que responda a algumas questões relativamente ao seu envolvimento político. Para cada frase abaixo, indique quanto se aplica a si.

	Nada	Um pouco	Moderadamente	Bastante	Extremamente
Interesse em política					
Estou melhor informado sobre política do que os outros					
A política é difícil de perceber					

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Muito Frequentemente
Quão frequentemente fala em política?					

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Muito Frequentemente
Quão frequentemente tenta persuadir as outras pessoas a adotar o seu ponto de vista?					

6 – Ideologia política (De Marco et al., 2017)

De 0 a 10, sendo 0 extrema esquerda e 10 extrema direita posicione-se na escala:

0 Extrema esquerda	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 Extrema direita
--------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--------------------------

7 – Valores políticos (Strenze, 2021)

O que acha mais importante para o país? Deve indicar a sua primeira e segunda escolha.

- 1) Manter a ordem da nação
- 2) Dar às pessoas mais “voz” em decisões importantes do governo
- 3) Lutar contra o aumento de preços
- 4) Proteger a liberdade de discurso

DEBRIEFING

Muito obrigado por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre as ações pró ambientais e pretende estudar os fatores sociopsicológicos associados à adesão e liderança destas ações.

Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: **Débora Neves (dlmns@iscte-iul.pt)** e **Carla Mouro (carla.mouro@iscte-iul.pt)**

Mais uma vez, obrigado pela sua participação!